

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



**A Biblioteca Digital do Médio Tejo**

Óscar Dinis da Silva Martins

Trabalho de Projeto orientado pelo Prof. Doutor Tiago Guerreiro  
e coorientado pelo Prof. Doutor Jorge Revez, especialmente  
elaborado para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da  
Documentação e Informação

2019

## **FICHA TÉCNICA**

A Biblioteca Digital do Médio Tejo. Óscar Dinis da Silva Martins; orient. pelo Prof. Doutor Tiago Guerreiro; coorient. pelo Prof. Doutor Jorge Revez. Faculdade de Letras de Lisboa: Lisboa, 2019. Trabalho de Projeto para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação.

## **Resumo**

As Bibliotecas Digitais existem desde a década de 90 do século XX, beneficiando das potencialidades da computação e das redes digitais. As Bibliotecas Públicas não devem ficar fora dessa realidade, tanto mais porque são detentoras de um património cultural de inegável importância para a cultura das regiões e dos povos que as habitam. Esta importância da cultura local tem vindo a ser destacada nos projetos de salvaguarda do património a níveis nacionais e internacionais, sendo que só iniciando a preservação a nível local se consegue cumprir verdadeiramente os objetivos dos projetos mais abrangentes. É necessário investir na proteção e promoção dos Fundos Locais das Bibliotecas Públicas, para que o património das regiões seja salvaguardado para as gerações futuras. O ambiente digital pode ser a resposta a este desafio. É nele que estão a apostar as instituições nacionais e europeias e o Projeto da Biblioteca Digital do Médio Tejo pretende ser um contributo para essa dinâmica. Analisamos outras bibliotecas digitais e apresentamos soluções sobre os requisitos técnicos para constituir um projeto colaborativo e regional, apoiado nas infraestruturas administrativas, financeiras e legais já existentes, beneficiando do ambiente de promoção da tecnologia digital deste momento.

## **Palavras-chave**

Biblioteca Digital; Digitalização; Fundo Local; Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; Bibliotecas Públicas.

## **Abstract**

Digital libraries have existed since the 1990s, benefiting from the potential of digital computing and networks. Public Libraries should not be left out of this reality, especially since they hold a cultural heritage of undeniable importance for the culture of the regions and of the peoples who inhabit them. This importance of local culture has been emphasized in projects to safeguard heritage at national and international levels, and only by initiating preservation at the local level can we truly achieve the objectives of the most comprehensive projects. It is necessary to invest in the protection and promotion of the Local Collection of Public Libraries, so that the patrimony of the regions is safeguarded for future generations. The digital environment can be the answer to this challenge. This is where national and European institutions are betting, and the Middle Tagus Digital Library Project intends to contribute to this dynamic. We analyze others digital libraries and present solutions for the technical requirements to constitute a collaborative and regional project, supported by the existing administrative, financial and legal infrastructures, benefiting from the environment of promotion of the digital technology of this moment.

## **Keywords**

Digital Library; Digitalization; Local Collection; Middle Tagus Inter-County Community; Public Libraries.

## **Dedicatória**

Aos meus pais pelo apoio incondicional.

## **Agradecimentos**

Aos Professores Carlos Guardado e Silva e Jorge Revez por terem acreditado no projeto desde o início.

À Professora Margarida Pino por me ter conduzido para esta área de investigação e pelo incentivo que sempre me deu.

À DGLAB, na pessoa do Diretor do Serviço das Bibliotecas Públicas, Mestre Bruno Eiras, aos colegas Bibliotecários responsáveis pelas Bibliotecas da CIMT e à Eng.<sup>a</sup> Ana Paula Remédios os meus agradecimentos pela colaboração.

"Os livros não são feitos para se crer neles, mas para serem submetidos a investigação."

- *Fonte: personagem Guilherme em "O Nome da Rosa" - Autor: Umberto Eco -  
Tradução: Maria Celeste Pinto*





## Lista de abreviaturas

- AM – Áreas Metropolitanas
- AMMT – Associação de Municípios do Médio Tejo
- AMRIA – Associação Municipal dos Municípios da Ria de Aveiro, hoje Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro
- AT – Assistente Técnico
- BD – Biblioteca Digital
- BDA – Biblioteca Digital do Alentejo
- BDMT – Biblioteca Digital do Médio Tejo
- BMCIMT – Bibliotecas Municipais da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
- BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
- BP – Biblioteca Pública
- CDA – Código dos Direitos de Autor
- CD-ROM – Compact Disc – Read Only Memory
- CIM – Comunidades Intermunicipais
- CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
- CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos Brasileiro
- CUMT – Comunidade Urbana do Médio Tejo
- DAE – Documentos de Arquivo Eletrónicos
- DCMES – Dublin Core Metadata Element Set
- DGLAB – Direção-geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas
- DGLB – Direção-geral do Livro e das Bibliotecas
- DL – Digital Libraries
- DLMS – Digital Library Management Systems

- DLS – Digital Library System
- Dpi – Dots Per Inch
- DR – Diário da República
- DVD – Digital Versatile Disc
- EDM – European Data Model
- FL – Fundo Local
- IFLA – International Federation of Libraries and Archives
- JPEG – Joint Photographic Experts Group
- LOD – Linked Open Data
- LODLAM – Linked Open Data in Libraries, Archives and Museums
- MARC – Machine Readable Cataloging
- MP3 – Moving Picture Experts Group Layer-3 Audio
- MPEG-4 (MP4) – Moving Picture Experts Group Layer
- N/A – Não aplicável.
- N/D – Informação não disponível.
- N/R – Não respondeu.
- NARA – National Archives and Records Administration
- NISO - National Information Standards Organization
- NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
- OAIS – Open Archival Information System
- OCR/IWR – Optical Character Recognition/Intelligent Word Recognition
- OD – Objetos Digitais
- PDF – Portable Document Format
- RDF – Resource Description Framework

- RGB – RED, GREEN and BLUE
- RNBP – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas
- SPA – Sociedade Portuguesa de Autores
- TIFF – Tagged Image File Format
- TS – Técnico Superior;
- UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
- URI – Uniform Resource Identifiers
- WAV/BWF – Wave Audio Editor/Broadcast Wave Format
- XML – Extensible Markup Language



## Sumário

Resumo.....	3
Abstract .....	4
Dedicatória .....	5
Agradecimentos.....	6
Lista de abreviaturas .....	9
Sumário .....	13
Introdução .....	15
1. Metodologia .....	19
1.1. Métodos Qualitativo e Quantitativo .....	19
1.2. Método: estudo de caso .....	27
1.3. Técnicas de recolha de dados .....	30
1.3.1. Análise documental .....	30
1.3.2. Questionário .....	32
1.3.3. Análise de casos semelhantes/benchmarking.....	33
2. Contextualização ou enquadramento teórico .....	35
2.1. Bibliotecas Digitais .....	36
2.2. Direitos de autor .....	43
2.3. Fundo Local .....	48
2.4. Preservação da Informação .....	53
2.5. Projetos de Bibliotecas Digitais .....	59
2.6. A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo .....	64
2.6.1. Caracterização das Bibliotecas Municipais .....	68
3. A Biblioteca Digital do Médio Tejo.....	69
3.1. Missão .....	69
3.2. Visão .....	69
3.3. Objetivos .....	69
3.4. Descrição e caracterização dos Fundos.....	70
3.5. Seleção da informação .....	79
3.6. Plano de Preservação da Informação Digital .....	80
3.6. Métodos e processo de digitalização .....	84
3.7. Organização da informação.....	89
3.8. Requisitos e estrutura do acesso à Biblioteca Digital.....	94

3.9. Plano de execução do projeto.....	98
3.9.1. Recursos humanos e recursos materiais .....	100
3.9.2. Financiamento do projeto.....	100
4. Discussão do Projeto .....	103
Conclusões .....	107
Bibliografia .....	109

## Introdução

A constituição de um Fundo Local (FL), que pode ser definido por uma coleção que “reúne todo o tipo de documentação e publicações referentes a uma determinada localidade.” (Nunes, 1998, p. 129), nas Bibliotecas Públicas (BP) deve destacar-se do restante fundo documental, num espaço bem identificado, tal como é recomendado nas orientações para este tipo de equipamentos culturais no Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais (2009, p. 7), o que, todavia, representa um desafio nem sempre alcançado com sucesso.

A recolha de documentação sobre a região sob a atuação da BP – que em Portugal é da responsabilidade da Administração Local, ao nível das Câmaras Municipais, e compreendem a área geográfica e administrativa dos Municípios – depara-se com os mais variados obstáculos, seja pela inexistência da mesma, pelo estado de degradação desses suportes de informação, ou porque se trata de edições esgotadas, de exemplares únicos, de pertença de particulares ou de associações e até mesmo de empresas, nem sempre sensíveis à disponibilização pública dos mesmos itens, entre outros fatores que tornam difícil ao profissional de informação constituir essa coleção. O resultado desse esforço resulta, muitas vezes, em poucas prateleiras num canto da Biblioteca, não merecendo grande atenção por parte do público.

30 anos depois da constituição da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), cujo principal objetivo era dotar o país de uma rede de Leitura Pública, de acordo com o Manifesto da IFLA/UNESCO para as Bibliotecas Públicas, o qual no seu ponto 9 declara que a missão das BP é “Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local”, o desafio dos Fundos Locais mantém-se. Mais do que os preservar, importa identificá-los, difundi-los, atualizá-los e aumentá-los.

Assim, consideramos que a região da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) – organização intermunicipal que agrega os Municípios de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertão, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha – deve ter a possibilidade de valorizar o seu património através da disponibilização por acesso remoto dos Fundos

Locais das Bibliotecas Públicas, e o público, por seu lado, deve poder aceder a esse património remotamente.

As entidades administrativas e legais que se constituíram como Comunidades Intermunicipais, têm vindo a ultrapassar outras na sua capacidade de ação e concretização de projetos comuns a mais do que um Município, utilizando sincronias e interesses das comunidades, e respondendo com sucesso aos seus problemas e ambições de desenvolvimento a vários níveis.

Neste momento a Direção-geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB), que superintende a RNBP, tem incentivado e protocolado acordos com as Comunidades Intermunicipais (CIM), no sentido de criar grupos de trabalho das BP ao nível dessas Comunidades, aproveitando apoios e incentivos que de outra forma estariam fora do alcance das mesmas isoladamente.

Na profusão de serviços e atividades com que as BP vão conquistando leitores e se aproximando das comunidades que servem, os Fundos Locais mereceram, desde o conceito de BP definido pela UNESCO, uma referência que as compromete com a preservação, constituição, promoção e difusão do património cultural.

As redes digitais, entendidas enquanto meios tecnológicos de transmissão, acesso e conservação da informação, expandem-se a cada instante pelos mais variados serviços de informação.

As BP portuguesas estão a tentar acompanhar esse desenvolvimento das redes digitais, disponibilizando cada vez mais os seus serviços através do acesso remoto, pelo que utilizá-lo para valorizar o património cultural à sua guarda parece-nos coerente com a própria identidade dos serviços oferecidos, ao longo dos tempos, por aquilo que se denomina por Biblioteca.

Neste ponto, algumas variações têm sido introduzidas ao conceito de BP, o que se espelha na denominação atribuída, de forma a distinguir novos serviços prestados ou oferecidos por entidades que vão procurando responder às necessidades de informação dos seus utilizadores.



A IFLA/UNESCO nas suas Diretrizes para as Bibliotecas Públicas define que “Uma biblioteca pública é uma organização criada, mantida e financiada pela comunidade, quer através da administração local, regional ou central, quer através de outra forma de organização comunitária. Disponibiliza acesso ao conhecimento, à informação, à aprendizagem ao longo da vida e a obras criativas, através de um leque alargado de recursos e serviços, estando disponível a todos os membros da comunidade independentemente de raça, nacionalidade, idade, género, religião, língua, deficiência, condição económica e laboral e nível de escolaridade.” (2009, p. 13).

Atualmente o conceito de Biblioteca Digital é o mais recente na longa lista de variações denominativas que têm sido atribuídas a serviços de informação. Importa por isso esclarecê-lo, delimitá-lo e distinguir de outros nas suas fronteiras conceptuais e de concretização já implementadas ou solicitadas pelas necessidades dos utilizadores, numa perspetiva de inovação e valorização do caminho percorrido pelos profissionais da informação.

No panorama de revolução tecnológica digital, o que há bem pouco tempo era considerado uma nova tecnologia, é agora apenas tecnologia. Então, serão as Bibliotecas Digitais conceptualmente já e apenas Bibliotecas? Será útil distinguir digitais, analógicas e/ou híbridas? Para quem, para quê, com que finalidade?

Será o ambiente digital a solução para a preservação do património cultural, ou teremos, mais cedo do que se espera, dificuldades bem maiores de preservação da informação digital do que temos atualmente como o suporte analógico?

Toda a sociedade se desenvolve através do omnipresente meio digital, o que não significa que o seu acesso seja financeiramente irrelevante. Assim, importa saber como financiar projetos de digitalização e difusão da informação, bem como a forma de execução de todo o processo.

Procuramos, por isso, analisar projetos de digitalização do património cultural que nos pudessem guiar e com os quais pudéssemos aprender. Elegemos dois nacionais e dois internacionais, de forma a poder comparar as formas de concretização e as soluções encontradas. Daremos especial atenção aos objetivos e à situação atual desses projetos.

Sendo este um projeto baseado na tecnologia, apresentaremos propostas com as especificações técnicas para os objetos digitais, bem como possíveis caminhos para se encontrarem apoios de financiamento.

Assim, após enquadrar o projeto nas metodologias de investigação, na definição teórica das bibliotecas digitais e requisitos a ter em conta, nomeadamente as questões legais, procurando outros exemplos de projetos semelhantes através do quais se possa tirar relações úteis, apresentaremos o enquadramento administrativo e legal da estrutura supramunicipal em que assenta o projeto, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Este ponto, juntamente com um levantamento dos fundos locais existentes, serão a base do nosso trabalho, a partir da qual iremos erguer a Biblioteca Digital, por um lado no material a digitalizar, por outro, na estrutura legal, administrativa e financeira que sustente o projeto.

Podemos então projetar a Biblioteca Digital, começando pela definição dos objetivos, a caracterização dos fundos alvo de intervenção do processo de digitalização e dos requisitos técnicos inerentes, a organização da informação, a estrutura de disponibilização ao público e o seu financiamento.

Finalmente, importa refletir se o benefício para os utilizadores e a sua própria utilização justifica o investimento requerido pela execução e manutenção a longo prazo. Para isso, faremos uma reflexão do projeto em si, das suas mais valias e das dificuldades que se podem antever na sua execução.

A estas premissas procuraremos responder neste trabalho de projeto, cientes que outras se irão apresentar ao longo do aprofundamento do estudo a que nos propomos com a Biblioteca Digital do Médio Tejo.

## 1. Metodologia

A área de estudo das Bibliotecas Digitais é hoje uma realidade com vários exemplos de sucesso em funcionamento e com projeção na comunidade global, o que não impede, antes valoriza, a definição de objetivos claros deste projeto, bem como a metodologia de investigação a seguir.

Pretendemos conhecer o campo teórico de trabalho, para o que apresentamos a revisão da literatura, numa perspetiva de atualização contínua e nunca fechada, através da qual se pretende enquadrar o projeto no pensamento e conhecimento científico atuais.

Neste capítulo, pretendemos refletir sobre as metodologias de abordagem a um projeto de investigação sobre o tema das bibliotecas digitais, por forma a chegar a uma conclusão assertiva que nos permita posicionar conceptualmente perante o objeto de estudo em questão.

### 1.1.Métodos Qualitativo e Quantitativo

Fortin (2003, p.15) salienta a aquisição de conhecimentos através da investigação científica por ser o método mais aceitável e rigoroso, uma vez que tem por base o processo racional.

Ainda a mesma autora atribui grande importância à investigação científica numa profissão, como forma de credibilização, bem como a descoberta e a implementação de novas soluções para os problemas, contribuindo para a evolução da disciplina, através da ligação entre a teoria, a investigação e a prática.

As diferentes correntes filosóficas definem o investigador e predefinem a sua forma de pensamento e de fazer investigação. As etapas do processo investigativo, conforme Fortin (2003), compreendem a fase conceptual, a fase metodológica e a fase empírica. Na primeira, escolhe-se o problema de investigação e elabora-se um quadro teórico de referência. Na segunda, define-se o desenho de investigação e a amostra a analisar. Na terceira fase recolhem-se e analisam-se os dados.

José R. Pérez Álvarez-Ossorio, citado por Fortin (2003, p. 20), afirma que a investigação teórica não tem aplicação imediata e “Los científicos dicen que la investigación teórica o básico es aquello que hacen cuando no saben exactamente para qué lo hacen”. No entanto,

pretendemos, através deste projeto, que a investigação teórica se concretize e tenha aplicação prática, contrariando a perspectiva defendida por Álvarez-Ossorio.

A pergunta de partida, que marca o ponto inicial da investigação, determina a abordagem metodológica do trabalho científico. Assim, definimos a pergunta de partida do nosso trabalho de investigação nos seguintes termos:

- Como valorizar a informação da região do Médio Tejo e promover o seu acesso remoto?

Trata-se de um objeto de estudo composto por uma realidade multifacetada de 13 Municípios, todos com Bibliotecas Municipais instaladas no terreno e a funcionar, embora com realidades tecnológicas e de recursos humanos díspares. Esta realidade constitui o nosso *corpus* de análise a partir do qual iremos construir um projeto que permita solucionar a questão em investigação.

Assim, consideramos como objetivo geral do nosso trabalho:

- Construir um projeto de biblioteca digital colaborativa entre as Bibliotecas Municipais da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com o propósito de disponibilizar a informação dos fundos locais;

A partir do qual desenvolvemos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar a informação dos fundos locais das BMCIMT;
- Estabelecer critérios de avaliação dessa informação e o seu valor para a identidade local;
- Considerar a inclusão de informação não incluída nos Fundos Locais;
- Definir um plano de preservação da informação;
- Eleger métodos de digitalização da informação dos fundos locais das BMCIMT;
- Estabelecer estratégias de organização da informação em formato digital;
- Construir um modelo de acesso remoto aos fundos locais das Bibliotecas Municipais da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- Apontar meios de financiamento e implementação do projeto;

Para este projeto pretendemos ter uma base teórica e científica como suporte a uma execução prática, pelo que nos interessa saber como conduzir a investigação nesse sentido.

Para Fortin (2003) um bom projeto implica:

- Senso comum, e corrobora a necessidade deste item através de Descartes que, no *Discurso do método*, afirma que o senso comum é o menos comum dos sentidos, embora esteja distribuído de forma igualitária por todas as pessoas, nem sempre é usado; já Gadamer (1999, pág 70), chama-lhe “génio da vida prática”;
- Tempo, pois todas as tarefas inerentes requerem planificação;
- Análise interna pormenorizada de forma a conhecer a organização;
- Análise externa para conhecer outros projetos semelhantes;
- Boa planificação dos recursos que irão ser necessários, sem prejudicar o andamento do projeto;
- Flexibilidade, pois deve-se fazer a revisão do projeto sempre que as condições o exigirem;
- Financiamento, pelo que temos de conhecer as diversas formas de financiamento;
- Os utilizadores terão de ser tidos em consideração, desde o início, de forma a identificar as suas necessidades e a construir um projeto útil;
- Equipas multidisciplinares, pois hoje é impensável não incluir nas equipas pessoal especialista em informática, dado que todo o fluxo de informação exige a utilização das tecnologias, além dos especialistas da área do projeto, podendo ainda incluir outros de outras áreas que sejam úteis à sua otimização;
- Liderança para coordenar os diferentes intervenientes da organização e os contatos fora dela.

Quanto à metodologia de construção de uma investigação científica, Bruyne, Herman & Schoutheete (1982, p. 29) defendem que “metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma «metrologia» ou tecnologia da medida dos factos científicos.”

Abadal Falgueras (2004, p. 17 e seguintes) apresenta várias definições de diversos autores para o método de projeto, concluindo que os projetos são orientados para um objetivo,

tratam de situações únicas e se cingem a um caso único, tendo de ser planeadas as etapas da sua concretização. Defende ainda que deve procurar-se a inovação de um produto ou de um serviço, baseando-se em teorias científicas e de base académica. Sem essa inovação, o trabalho científico tende a perder parte do interesse, podendo, no entanto, ser um trabalho de confirmação das teorias já existentes aplicadas a realidades diferentes, constituindo essa a inovação a apresentar.

Segundo Taylor, Bogdan & DeVault (2016, p. 3) a primeira grande teoria social científica foi o positivismo, através da qual se procuravam os factos ou as causas dos fenómenos sociais e que teve como principais percursos Auguste Comte e Durkheim. A segunda foi a fenomenologista ou interpretacionista através da qual se procurava entender o mundo social, partindo da perspectiva dos próprios intervenientes como essa experiência era vivida.

Destas duas teorias derivam duas abordagens científicas, a metodologia quantitativa e a metodologia qualitativa. A perspectiva quantitativa procura conhecer o problema através da análise de dados em quantidades. A segunda metodologia entende que o discurso dos atores sociais não pode ser traduzido em quantidade, mas antes em qualidade, pelo que o campo de análise de dados é o texto produzido pelos intervenientes no processo em estudo. No fundo, na metodologia qualitativa o objeto de análise é o pensamento do ator social do fenómeno em questão.

Flick (2014) considera que o processo de interpretação é dinâmico, ou seja, a forma como uma pessoa interpreta alguma coisa vai depender dos significados disponíveis e da forma como ela dimensiona a situação. No seguimento de Blumer, afirma que todos os cientistas sociais, de forma explícita ou implícita, atribuem um ponto de vista e das suas interpretações às pessoas cujas ações estão a analisar.

E, nesse ponto, o autor considera que a análise de dados é o primeiro passo da pesquisa qualitativa. Para isso é essencial classificar e interpretar o material linguístico ou visual, e a partir de aí fazer afirmações sobre as dimensões implícitas e explícitas e estruturas do sentido do material e daquilo que ele representa. Essa interpretação é aplicável, de igual modo, a significados subjetivos e sociais.

A análise de dados qualitativa, segundo Flick (2014), também se aplica a descobrir e descrever assuntos práticos, através de estruturas e processos, e não apenas fenómenos sociais. Muitas vezes combina abordagens de análises de materiais específicos com análise detalhada de dados, através da elaboração de categorias, interpretações hermenêuticas ou identificação de estruturas. O objetivo final é muitas vezes chegar a afirmações generalizadas pela comparação de vários materiais ou vários textos ou casos diferentes.

Assim, Flick (2014) considera que a análise qualitativa de dados pode ter vários objetivos, a saber:

- Descrever com grande detalhe fenómenos;
- Comparar vários casos, individuais ou de grupo, para detetar semelhanças e diferenças, ou para saber em que condições ocorrem as diferenças, isto é, procurar explicações para essas diferenças;
- Desenvolver uma teoria do fenómeno através da análise empírica do material.

Por outro lado, podemos distinguir as análises de conteúdo dos aspetos formais e as abordagens que combinam os dois tipos de análise. Estas últimas consideram-se mais vantajosas para o trabalho científico, pois anulam a limitação que cada uma acarreta *per se*, e acrescentam o valor das duas à investigação, permitindo chegar a conclusões mais abrangentes do que com cada uma em separado.

As várias abordagens da análise de dados qualitativas podem ainda ser subjetivas, descritivas ou sobre os aspetos implícitos do fenómeno.

As abordagens subjetivas centram-se na perspetiva do observador, o que, invariavelmente, pressupõe um conjunto de características que podem condicionar a análise. As abordagens descritivas anulam a perspetiva do observador, focando-se no objeto de análise e às características próprias e inerentes do mesmo. As abordagens que se focalizam nos aspetos implícitos do fenómeno procuram aprofundar a interpretação dos dados recolhidos, preocupando-se com as suas causas e os seus efeitos, para além do fenómeno em sentido restrito.

A fenomenologia e a etnometodologia são as origens da análise de dados qualitativa, pelo que a análise qualitativa dos dados aparece depois de encontrado o campo de pesquisa,

de se fazer a amostragem, dos dados recolhidos e registados. Só podemos analisar informação depois de recolhida, e, dado a abrangência do conhecimento humano, tal só se afigura possível se o mesmo for delimitado *a priori* a um campo de investigação que possa ser humanamente capaz de ser estudado.

Para Taylor (2016), os estudos descritivos são comunicados através dos próprios dados, enquanto os estudos teóricos são apresentados através de conceitos ilustrados por informações. A etnografia é a forma mais conhecida de investigação descritiva, pois procura-se construir uma imagem do que as pessoas dizem e dos seus quotidianos, não havendo, por isso, lugar a interpretações ou conceptualizações, pois o investigador apresenta os seus resultados de investigação através da descrição de acontecimentos, e não de conceitos.

Para reduzir as grandes quantidades de dados, deve-se analisar qualitativamente o conteúdo. Para se alargar o campo de análise devem-se produzir várias interpretações, fazendo um segundo texto do material recolhido que o vai explicar.

Os vários tipos de dados a ser tratados convidam à triangulação de perspetivas, segundo Flick (2014), ou a abordagens metodológicas mistas, isto é, combinando várias perspetivas de interpretação de dados.

Fortin (2003, p. 322) define triangulação “como o emprego de uma combinação de métodos e perspetivas que permitem tirar conclusões válidas a propósito de um mesmo fenómeno.”

Há autores que preferem a expressão metodologias mistas, pois a triangulação seria mais correta referir-se à combinação de três abordagens, o que nem sempre é exato.

Ainda assim, no conceito de triangulação metodológica inclui-se a que é realizada num paradigma em que concorrem diferentes estratégias para a investigação em causa, numa perspetiva interpretativa holística do objeto de estudo, possibilitando diferentes abordagens e alargando o campo de visão do investigador.

Fortin distingue quatro tipos de triangulação, a saber:

1. A triangulação de dados que inclui os aspetos de tempo, espaço, a pessoa e ainda vários patamares de análise;



2. A triangulação de investigadores;
3. A triangulação de teorias;
4. A triangulação de métodos.

A mesma autora defende ainda a existência de multitriangulação para compreender fenómenos complexos, o que no fundo corresponde à utilização de metodologias mistas defendida por Flick (2014).

O campo de pesquisa de investigadores na pesquisa qualitativa permite-lhes conceptualizar, definir e criar hipóteses através da criação de relações dos dados recolhidos.

Indução, dedução e abdução são partes do raciocínio lógico de qualquer investigação/pesquisa. Da observação empírica chega-se à dedução que pela indução de casos semelhantes conduz à generalização.

Taylor *et al.*, (2016, p. 166) afirmam que a análise indutiva é feita através dos seguintes passos:

1. Desenvolver uma definição grosseira do fenómeno;
2. Formular uma hipótese para o explicar;
3. Estudar um caso para ver o que existe de diferente entre o caso e o fenómeno;
4. Se a hipótese não explicar o caso, deve-se redefinir a hipótese ou o fenómeno;
5. Procurar casos que possam colocar em causa a hipótese;
6. Se forem encontrados casos que neguem a hipótese, deve redefinir-se a hipótese ou o fenómeno;
7. Estas tarefas devem ser repetidas até a hipótese ter sido testada numa ampla gama de casos.

A abdução é a tentativa de partir para a investigação sem qualquer pré-disposição teórica e o produto é a hipótese. Segundo Flick (2014), que cita Pierce, a abdução não precisa de ser justificada, já o seu resultado, a hipótese, tem de ser explicada.

Toda a indução, seja utilizada pela metodologia qualitativa ou quantitativa, tem de ser precedida por uma regra, ou seja, num sentido lato, por uma teoria, a partir da qual se tiram ilações que serão, ou não, confirmadas pela análise de dados. Para Jo Reichertz

“Abduction searches for theories, deduction for predictions, induction for facts.” (Flick, 2014, p. 131).

Na verdade, muitas investigações chegam a novas descobertas apesar de já se conhecer a teoria que as explica.

Bruyne *et al* (1982) defendem que a operação mental se processa através de uma série de operações mentais intermediárias ou parciais, como o raciocínio, a dedução e a demonstração.

Para Carla Willig, em Flick (2014, p.137), é a interpretação que faz com que a análise de dados faça sentido. Afirmar haver dois tipos de interpretação, a suspeita e a enfática. A interpretação suspeita procura revelar verdades escondidas sob a análise superficial das conclusões encontradas. A interpretação enfática por seu lado pretende elaborar e amplificar a verdade contida no material.

Segundo Paul Ricoeur, citado por Willig, nenhuma das duas posições interpretativas consegue gerar um discernimento satisfatório, pelo que é necessário combiná-las, sendo que a pesquisa fenomenológica centra mais a sua interpretação na perspectiva enfática, já o discurso analítico adota a posição da interpretação suspeita.

Ainda segundo Willig, todos os estudos fazem suposições sobre o tipo de conhecimento que se propõem descobrir e isso orienta as perguntas feitas à informação recolhida. Por isso é importante que o investigador clarifique o seu quadro de referência – pessoal, teórico, conceptual e emocional – pois é através dele que fará a interpretação dos dados.

Margrit Schreier, concordando com outros autores, em Flick (2014), afirma que a análise de conteúdo qualitativo é um método para descrever sistematicamente o significado dos dados qualitativos. Mas quer a análise qualitativa quer a quantitativa de conteúdo se preocupam em descrever sistematicamente a informação através da codificação. Sendo a estratégia de análise quantitativa um método para a recolha de dados, enquanto a estratégia de análise qualitativa é um método para a análise dos dados.

As ferramentas tecnológicas permitem hoje diferentes abordagens da recolha e análise de informação que conduziu à análise de dados qualitativa 2.0, assim denominada por Flick (2014), que considera diferentes aspetos, tais como:

- Análise de dados recolhidos por computador;
- Reanálise e refinamento da análise dos dados recolhidos;
- Questões éticas na análise qualitativa, nomeadamente a privacidade dos dados recolhidos.

A estratégia de categorização mais usada na análise qualitativa é a codificação, ou seja, uma curta descrição dos dados.

Por outro lado, Flick (2014, p. 26) considera, no contexto da análise qualitativa, que:

“Perhaps the most common strategy for retaining contextual information in qualitative research is the ‘case study.’ In this approach, the data are interpreted within the unique context of each case in order to provide an account of a particular instance, setting, person, or event.”.

Ainda segundo o mesmo autor, a abordagem holística permite dar relevo à análise temática de forma a criar uma imagem pormenorizada do tema, usando as semelhanças e as diferenças entre vários casos em estudo. Estratégias de análise baseadas na similaridade e baseadas na contiguidade como ferramentas teóricas são usadas para melhorar as análises.

Assim, além de analisar a questão teórica da definição do nosso objeto de estudo, numa perspetiva holística, justificada pela multiplicidade dos fatores que concorrem, quer para a definição quer para a concretização da BD, iremos orientar a nossa investigação para um caso específico.

## **1.2.Método: estudo de caso**

Para Yin (2003), a estratégia de estudo de caso aplica-se nas ciências sociais quando a pergunta de partida começa com expressões do tipo “como” e “por que”, e o foco se encontra em assuntos contemporâneos em contextos reais. A pesquisa, no âmbito do estudo de caso, contribui para a compreensão “dos fenómenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.”

Para este autor, o estudo de caso é uma investigação empírica, que se debruça sobre um fenómeno contemporâneo em profundidade e no seu contexto. Ele diferencia-se do método histórico por este não fazer a separação entre o fenómeno e o seu contexto.

Ainda para Yin (2003), a recolha de dados deve considerar:

1. Documentos;
2. Registos de arquivo;
3. Entrevistas;
4. Observação direta;
5. Observação participante;
6. Artefactos físicos.

O estudo de caso pode ser de natureza exploratória ou explicativa, não exige controlo sobre comportamentos sociais e tem o foco em acontecimentos contemporâneos.

Por isso, assume natural importância a posição do observador, que pode ser participante, ou não. Em qualquer dos casos, a introdução do investigador no processo investigativo requer uma aproximação, que permita aos inquiridos conhecer e perceber a natureza da investigação em causa.

A natureza exploratória dos estudos de caso tem-se revelado de extrema importância para a construção de objetos de estudo posteriores, pois deles resultam, muitas vezes, campos de análise desconhecidos até então e que se revelam caminhos a seguir, a aprofundar e a conhecer em projetos investigativos.

Os trabalhos de estudo de caso de natureza explicativa visam propor explicações alternativas para o mesmo conjunto de informações analisadas, e explicar de que forma é que essas explicações podem ser aplicadas a outras situações.

A falta de rigor de que são acusados os estudos de caso, talvez acentuados pela proximidade entre observador e objeto de investigação, obriga à aplicação do método com especial rigor, de forma a credibilizar os resultados da investigação.

O estudo de caso tem recebido críticas ainda por se procurar generalizar a partir de um caso único. No entanto, Yin (2003) e outros defendem que o estudo de caso pretende fazer uma análise “generalizante” e não particularizada, e, dado que não se considera o caso de estudo como uma amostra do universo sobre o qual se pretende teorizar, não considera a crítica como válida. Assim, não são os resultados que podem ser generalizados, são antes as construções teóricas que podem ser aplicadas a outros casos.

O estudo de caso permite, segundo Yin (2003), generalizar teorias e efetuar análises generalizantes.

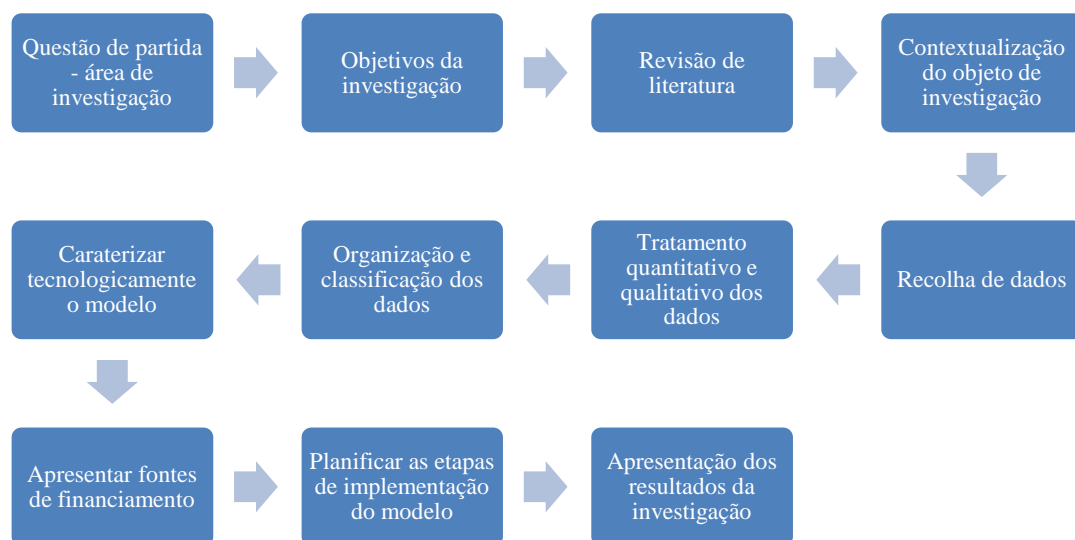
Para Yin (2003), os projetos de estudo de caso têm quatro características diferentes, pois podem ter uma abordagem holística com uma base única de análise e referirem-se a um só caso ou a casos múltiplos, ou podem ter bases de análise incorporadas e serem referentes a casos únicos ou a vários casos.

A abordagem holística permite sempre percecionar o objeto de análise como um todo, alargando as perspetivas e os resultados da investigação.

A opção de estudo de casos múltiplos numa mesma investigação pode trazer, segundo alguns autores, maiores vantagens no convencimento dos resultados, no entanto pode tornar-se um campo de análise demasiado vasto para um investigador/estudante.

Como o próprio autor chama a atenção, é crucial a escolha rigorosa do objeto de investigação.

Assim apresentamos um desenho do trajeto de investigação no nosso projeto:



Embora o desenho não reflita todas as implicações da construção de um modelo teórico em causa nesta investigação, e possa até parecer linear, a verdade é que a realidade é

complexa, possui inúmeras variáveis à partida expectáveis, dado o *corpus* em questão, além da natural previsibilidade de que outras venham a aparecer.

Não se prevê, neste trabalho, a implementação do modelo, pois a concretização deste projeto implicaria inúmeras variáveis, às quais somos completamente alheios e não dependem do sucesso das conclusões do projeto investigativo. Dependem, isso sim, de vontades políticas, administrativas e organizacionais, para além da disponibilidade financeira.

Assim, a finalidade da nossa investigação é construir, fundamentar e apresentar um modelo que possa ser implementado, quiçá por outros, sem depender necessariamente dos criadores.

Tal como Yin (2003), definiu para a metodologia do estudo de caso, ele só é possível ser aplicado se tivermos controlo, maior ou menor, sobre os eventos ou comportamentos reais. Por conseguinte, o projeto só pode ser objeto desta investigação até ao momento em que controlamos os acontecimentos, ou seja, até à construção de um modelo que possa ser apresentado para decisão de implementação.

### **1.3. Técnicas de recolha de dados**

Para construir um projeto de Biblioteca Digital, pretendemos analisar projetos de natureza semelhante, mas principalmente conhecer a realidade sobre a qual o projeto incide. Assim, usaremos a análise documental para recolher a informação disponível, de forma a construir um projeto que beneficie do caminho percorrido por outros e seja um avanço científico nesta área.

#### **1.3.1. Análise documental**

A Análise Documental é cada vez mais um processo recorrente na medida em que trilhamos caminhos parcialmente percorridos por outros, os quais não podem deixar de ser considerados na análise científica da realidade neste ambiente de sociedade da informação em que vivemos.

As redes da informação e comunicação têm impulsionado a divulgação e o intercâmbio de informação, incrementando, de certa forma, as possibilidades de processamento da

informação, por exemplo, ao facilitarem o manuseamento de grandes volumes de documentos.

Assim, os processos principais que envolvem a Análise Documental, a que se submetem diversas fontes e recursos de informação, continuam a depender da capacidade e metodologia aplicada pelos investigadores.

Díaz & Valdés (2003, p. 51) faz a revisão da literatura sobre o conceito de análise documental e concluem que para a maioria dos autores é algo que se realiza com operações, atividades, estudo, procedimentos e técnicas que conduzem à criação de um documento secundário que permite a organização, pesquisa, recuperação e difusão da informação. Segundo os mesmos autores, a análise documental implica a análise bibliográfica e de conteúdo, esta última inclui o resumo e a indexação.

Talvez por isso, muitos autores citados por Díaz & Valdés (2003, p. 51) confundem análise documental com análise da informação. No entanto, segundo estes autores a análise de informação implica tarefas de identificação dos requerimentos da informação, definição e orientação dos métodos de investigação, agrupamento de informação, a realização de atividades de pesquisa, o processamento da informação que pode incluir métodos qualitativos e quantitativos, a integração de toda a informação reunida, a preparação do produto e a sua disseminação.

Para Díaz & Valdés (2003), a Análise Documental incumbe-se da análise do conteúdo do documento, averiguando a representação, organização e localização das informações. Esta técnica permite criar uma informação nova (secundária) fundamentada no estudo das fontes de informação primária. Assim, a informação secundária cria-se com a influência direta da primária, num processo que relaciona a descrição bibliográfica, a classificação, a elaboração de anotações e de resumos, e a transcrição técnico-científica. Neste contexto, os autores afirmam que a Análise Documental procura dar ordem aos caos e solucionar problemas.

Segundo Bocato e Fugita (2006, p. 85), define-se que “A análise documental deve desempenhar as suas funções de análise, síntese e representação de acordo com as características de forma e de conteúdo que os documentos possuem.

Cunha (1989, p. 38) define análise documental como “um conjunto de procedimentos efetuados com o fim de expressar o conteúdo de documentos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação.”

Denscombe (2010, p. 221-222), seguindo outros autores, pressupõe que a análise documental deve ter em consideração os seguintes critérios:

- Autenticidade
- Representatividade
- Significado
- Credibilidade

Assim, o que se pretende é, através de uma revisão da literatura, ter conhecimento sobre os trabalhos existentes e disponíveis na sua área; conhecer os conteúdos, as questões cruciais, e as lacunas existentes no atual estado do conhecimento na área; e promover uma visão sobre as bases e os rumos das investigações.

Através da recolha de informação sobre outros projetos desenvolvidos, pretendemos conhecer os processos e métodos de trabalho na construção e manutenção da BD.

### **1.3.2. Questionário**

A análise do nosso objeto de estudo compreende uma realidade existente pelo que consideramos fazer um estudo descritivo. Do ponto de vista da análise quantitativa tem-se adotado o método de recolha de dados através do questionário, que obriga ao preenchimento de respostas por parte dos sujeitos, segundo Fortin (2003, p.249).

A escolha deste método de recolha de informação permite-nos delimitar a informação obtida, qualificar e quantificar o material a ser alvo de intervenção, numa fase prévia.

Nesse sentido, será necessário elaborar um inquérito por questionário exploratório, através do qual se possam obter dados sobre a extensão, composição e utilização dos FL das BP da CIM objeto do nosso estudo.

Esta recolha de dados direta na fonte de informação permitir-nos-á, esperamos nós, ter uma base fidedigna de trabalho para a construção do projeto de BD.



A recolha de dados será feita através do envio do questionário a ser respondido pelos responsáveis das BP da CIMT e também à DGLAB, de forma a podermos cruzar a informação fornecida diretamente pelas fontes de informação e, de forma indireta, pela entidade que superintende as BP e que a recolhe através de inquérito anual respondido pelas bibliotecas.

Sendo os FL uma componente da missão das BP definida pela IFLA/UNESCO, queremos conhecer em que medida estas coleções são acompanhadas pela RNBp e pela DGLAB.

### **1.3.3. Análise de casos semelhantes/benchmarking**

A técnica de *benchmarking* é útil para superar a concorrência, comparando os métodos usados em casos semelhantes, identificando as boas práticas e implementando-as. Esta técnica pode ser usada internamente, dentro da mesma organização, ou externamente, numa perspetiva competitiva e/ou funcional.

A Direção Geral da Administração Pública publicou em 2003 a *Estrutura Comum da Avaliação (CAF): Melhorar as Organizações Públicas através da Autoavaliação*, um documento onde prevê a aplicação desta técnica aos próprios serviços numa perspetiva de avaliação e melhoria do seu funcionamento.

Assim, entende-se que “Basicamente, o benchmarking é um processo através do qual uma organização encontra organizações com as quais pode comparar o seu desempenho organizacional. A técnica pode ser um instrumento poderoso e eficaz para o desenvolvimento organizacional, ao explorar princípios básicos como “não inventar a roda” e “aprender com os outros”.” (2003, p. 36).

A Direção Geral define “Benchmarking: Técnica ou processo sistemático de comparação de resultados e processos organizacionais entre duas ou mais organizações. O objectivo é que, através da aprendizagem sobre melhores práticas, estas sejam aplicadas, bem como sejam alcançados os mesmos níveis de desempenho ou superiores. Pode desenvolver-se dentro da mesma organização, entre alguns dos seus departamentos (benchmarking interno), ou entre diferentes organizações a nível nacional ou internacional.” (2003, p. 38).

O Código Europeu de Conduta de Benchmarking, aprovado em 2006, define que o benchmarking é o processo de identificar e aprender com as melhores práticas de outras organizações.

Nesse sentido, e tendo em consideração que existem outros projetos de BD já implementados, não podemos ignorá-los, pelo contrário, é nosso intuito aprender com eles.

Nesse sentido, a nossa abordagem do tema das BD, neste projeto de biblioteca digital colaborativa intermunicipal, irá também incidir em como se faz no atual ponto de desenvolvimento tecnológico e à luz dos projetos já desenvolvidos neste campo, procurando otimizar recursos e permitindo concretizar os conhecimentos já conseguidos até aqui.

## 2. Contextualização ou enquadramento teórico

As Bibliotecas Públicas têm vindo a desenvolver um papel importante no panorama da recolha, conservação e difusão da informação, cuja importância se pode verificar pelo sucessivo alargamento da Rede Nacional das Bibliotecas Públicas.

Ramos Moreira apresentou um estudo, em 2010, sobre a construção de uma coleção digital nas bibliotecas públicas portuguesas, tendo como ponto específico do seu estudo a cartografia. Na preparação desse estudo efetuou-se um inquérito aos bibliotecários das BP em que aferiu as preocupações dos profissionais relativamente aos documentos que importa digitalizar. As respostas dos profissionais destacavam como muito importantes os periódicos, as obras literárias dos autores regionais, as fotografias e as imagens antigas da região envolvente. Os utilizadores também consideram estes documentos, mas atribuindo-lhes a categoria de importantes.

Conclui Ramos Moreira que os documentos que os profissionais consideram mais importantes para disponibilizar através do acesso remoto ou *online*, são os respeitantes ao fundo local, ou seja, o património local, pois, segundo o autor, tal deve-se à gestão da coleção de acordo com as normas da IFLA/UNESCO (2010).

Tendo como contexto as Bibliotecas Municipais da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e os meios de difusão/acesso à informação através dos meios digitais, entendemos que as estruturas supramunicipais podem ser uma aposta na convergência de esforços, humanos, financeiros e tecnológicos, de forma a potencializar, o nosso objeto de estudo.

Nesse sentido, podemos perguntar:

- Como valorizar a informação da região do Médio Tejo e promover o seu acesso remoto?

Assim, iremos proceder à revisão da literatura produzida sobre o tema das bibliotecas digitais, centrando a nossa atenção nos aspetos conceptuais, bem como ao conceito de fundo local, dada a especificidade dessa informação e às funções que o conceito abrange, entendendo ser essa a informação que se pretende valorizar enquanto elemento identitário de cada região.

Inerente à difusão da informação em livre acesso e de acesso remoto estão as questões dos Direitos de Autor, bem como as técnicas de preservação digital, pelo que se torna imprescindível uma abordagem aos temas.

Finalmente, consideraremos alguns projetos de Bibliotecas Digitais implementadas, dois de caráter internacional e outros dois de âmbito nacional, através de uma perspectiva de *benchmarking* que nos permita tirar conclusões sobre o que foi feito, o que está a ser feito e o que pode vir a ser feito neste campo de investigação.

## 2.1. Bibliotecas Digitais

As BD são uma realidade que tem pouco mais de duas décadas. Numa fase inicial dos suportes digitais de informação, nos anos '80 do século XX, começaram-se a digitalizar coleções que eram disponibilizadas em CD-ROMs e só em 1990 Tim Berners-Lee inventou a web, o que permitiu o desenvolvimento das primeiras BD.

Segundo Xie e Matusiak (2016, p. 10 e seguintes), esse caminho para o acesso universal iniciara-se muito antes com o trabalho de visionários como J.C.R. Licklider que em 1965 publicou *Libraries of the future*, em que propõe o uso dos computadores para além dos laboratórios e direcioná-los para o uso nas Bibliotecas. Antes mesmo de Licklider, Vannevar Bush publicara *As We May Think* em que conjecturava a solução para a proliferação de informação com o “memex”, uma compactação da biblioteca (*compression*).

Paul Otlet é considerado o antepassado da internet por Manfroid *et al.* (2013, p. 312, *apud* Xie e Matusiak, 2016, p. 11), por ter proposto a ideia da “*enciclopédia universal*” baseada em repositórios de informação, pois assistiu ao proliferar da produção de informação e sentiu que a tecnologia teria de resolver o problema de armazenamento e de pesquisa e recuperação da informação. H.G Wells, contemporâneo de Otlet, também situou o seu pensamento na ideia de enciclopédia universal, tendo sido o visionário que pensou num “*World Brain*”, um armazenamento do conhecimento do mundo, e ficado para a história como o precursor da Wikipédia.

A definição de BD aparece na literatura em contraponto à ideia tradicional de Biblioteca constituída principalmente por documentos em suporte papel e outros suportes que não apenas o digital. Antes de se consensualizar este nome, surgiram outros como “biblioteca

virtual” e antes “biblioteca eletrónica” ou “biblioteca de acesso remoto”, propostas ainda muito ligadas à Informática, que colocavam a tónica na tecnologia, não na informação e na sua transmissão como veio a acontecer mais tarde, a que não é alheio o contexto da própria língua em que o conceito é expresso. A evolução do conceito e do nome associado coexistiu com o conceito de biblioteca híbrida, um esforço das instituições e dos profissionais contemplarem e integrarem também o suporte digital nas coleções das Bibliotecas, uma vez que já antes tinham lidado com suportes de informação para além dos tradicionais, como as cassetes de áudio e vídeo e as disquetes.

A evolução da definição e o seu enquadramento é feito por Xie e Matusiak (2016, p. 7), num quadro que apresenta as principais ideias que cada conceito proposto continha desde a *Association of Research Libraries*, em 1965, até ao conceito de K. Calhoun, em 2014. Partiu-se, segundo os autores, de uma perspetiva de campo único de investigação para uma perspetiva multifacetada.

Ao contrário dos suportes analógicos da informação, o digital implica a existência de um decodificador pelo que a definição deste novo modelo se centrou inicialmente mais no meio de acesso e do que no conteúdo. Esse acesso tecnológico foi e ainda é uma barreira que condiciona pessoas e instituições, pois temos de considerar não apenas os meios tecnológicos, mas também à literacia da informação que este novo suporte proporciona e exige de quem quer aceder à informação, seja da forma como está organizada, seja pelos meios possíveis de pesquisa e recuperação da mesma, seja ainda pela profusão dos sítios que agregam as diferentes áreas do conhecimento.

Se atendermos apenas à questão da literacia da informação digital, compreendemos todo um vasto leque de possibilidades e obstáculos que o ser utilizador tem de conhecer e superar, tanto mais que a sua constante e rápida evolução implica alterações substanciais dos ambientes de trabalho em meio digital. Socialmente existem várias condicionantes desse sucesso informacional somente relacionadas com o meio de acesso e, legalmente, há um conjunto de aspetos que se relacionam com questões políticas de disponibilização e de segurança, entre outras. Centremo-nos nas possibilidades do mundo digital de forma a construir um projeto viável, sem esquecer as principais condicionantes que podem influenciar o mesmo.

Nessa evolução, o fator de controlo bibliográfico inicial, o aspeto da acessibilidade ao texto integral e o acesso universal eram os pontos centrais do conceito da BD, ainda vista como uma extensão dos papéis e serviços tradicionais da Biblioteca.

A perspetiva multifacetada centra-se mais no utilizador, considerando a BD como um sistema ou conjunto de sistemas onde se incluem os utilizadores, os serviços e os aspetos técnicos de acesso/disponibilização. Assim, K. Calhoun (2014 p. 4) propõe que o conceito de BD inclua sistemas e serviços, gestão de conteúdo das coleções digitais e um repositório com uma arquitetura centralizada. Desta forma, abrange-se no conceito, com todas as repercussões práticas inerentes, o conjunto de especificações que a prestação de um determinado serviço implica, que determinam a forma como se organiza a informação e a forma de armazenamento dessa coleção. Esta perspetiva centra-se no conteúdo, na informação, não nos meios, mas incluindo-os.

Outros autores referem que a definição de BD está relacionada com a evolução da tecnologia pelo que se chegou a um conjunto de definições, que têm em comum o facto de a BD ser uma coleção de objetos digitais (em vários formatos como texto, vídeo, áudio, etc.), com um sistema de pesquisa e recuperação da informação, que implica uma seleção, organização e manutenção (Sun; Yuan, 2012, p. 14).

Os mesmos autores consideram que a BD era uma coleção informal de informação armazenada em formatos digitais, acessível pela internet e com serviços associados. Tal ideia de coleção informal colide aparentemente com os princípios da organização e da gestão da informação, bem como poderia afastar a BD dos projetos de construção de metadados, ou seja, de descrição normalizada e compatível com os diferentes métodos e programas de pesquisa e recuperação da informação. Mas precisamente pela existência desses metadados (informação descritiva do objeto digital e do seu conteúdo), uma coleção informal pode ser considerada BD, uma vez que há um tratamento da informação que a construção/produção de metadados implica. Já a pertinência dos metadados escolhidos, a sua extensão e natureza, para essa coleção informal ou mesmo formal, têm implicações sérias na eficácia e na eficiência da recuperação da informação.

A evolução do conceito da BD foi-se afastando da ideia e a conceção dos ambientes informáticos para se centrar nos serviços almejados pelos utilizadores. Xie e Matusiak (2016, p. 9), referem-se ao enquadramento das BD como os 5S, *societies, scenarios,*

*spaces*, *structures* e *streams*, isto é, sistemas complexos que ajudam a satisfazer as necessidades dos utilizadores (*societies*), que fornecem serviços (*scenarios*), que organizam a informação para a tornar acessível (*structures*), que disponibilizam a informação de forma acessível (*spaces*) e que a disponibilizam aos utilizadores (*streams*). Para além de ser uma coleção digital com ferramentas de gestão da informação é, também, um conjunto de atividades que reúnem as coleções, os serviços prestados aos utilizadores do ciclo de criação, disseminação, uso e apresentação de dados, informação e conhecimento.

A discussão em torno dos objetos produzidos em suporte digital ou transferidos para esse suporte, a partir do analógico, fez parte do processo de definição de BD, tendo alguns autores considerado inicialmente que os objetos provenientes de um processo de digitalização não deveriam ser considerados parte das BD. Todavia, tal ideia desvaneceu-se muito pelo uso da digitalização para efeitos de preservação e de restauro dos conteúdos cujos suportes analógicos se tinham deteriorado, e a partir desse processo passou-se a trabalhar no e sobre o objeto digital e o analógico foi armazenado.

Em 2011 a UNESCO aprovou a proposta do Manifesto para as BD apresentada pela IFLA, em que se define:

“A digital library is an online collection of digital objects, of assured quality, that are created or collected and managed according to internationally accepted principles for collection development and made accessible in a coherent and sustainable manner, supported by services necessary to allow users to retrieve and exploit the resources.” (*in* Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, 1994)

Esta definição coloca a tónica no tipo de suporte da informação, na visão de conjunto enquanto coleção, nos aspetos de criação, organização e disponibilização e nos serviços prestados ao utilizador, salientando a pesquisa e a exploração da informação, aspeto que nos parece crucial, pois deixa a possibilidade do próprio utilizador ser participante nesse serviço que a BD constitui, e não um mero espetador.

Tal definição enquadra o atual momento em que os utilizadores da informação são também os seus produtores, num ciclo de transmissão do conhecimento que se tornou imparável depois da *web 2.0*.

Na senda da resposta cada vez mais eficaz às necessidades dos utilizadores, outro aspeto que tem estado ligado ao digital, a par de múltiplos outros aspetos que se prendem com a eliminação de barreiras ao acesso à informação, é a adaptação dos meios aos utilizadores com necessidades especiais, e neste campo os meios tecnológicos de intermediação entre o utilizador e a informação têm cumprido tarefas extraordinárias, seja no apoio às necessidades dos utilizadores com dificuldades motoras e/ou visuais. Também nesse campo, o digital transformou-se numa ferramenta de democratização do acesso à informação.

A avaliação dos interfaces de pesquisa, o rosto das instituições digitais, tem dado origem a reflexões como as de Mirijam Garcia e Paulo Leitão (2014), através das quais se procura avaliar as capacidades e os requisitos desses interfaces, nomeadamente no que diz respeito à possibilidades de pesquisa, simples e avançada, às línguas de apresentação disponibilizadas, às possibilidades de navegação, atalhos e sistema de informação, às possibilidades de configuração do próprio ecrã, como a cor, o tipo de letra, os aspetos gráficos e de disposição dos elementos, à seleção das fontes, à formulação da pergunta, à manipulação dos resultados e à ajuda.

Igualmente, as barreiras linguísticas foram analisadas nos pontos de acesso, pesquisa e recuperação da informação. Mirijam Garcia e Paulo Leitão (2014) definem uma BD multilingue como a que tem funções de acesso em várias línguas, o que se pode revelar em muitos casos de fundamental importância para responder às necessidades do utilizador na recuperação da informação no mundo globalizado. A resposta de um sistema de pesquisa multilingue sobre um grande volume de informação também multilingue pode produzir erros que se torna difícil minorar, pois dependem da tradução, e nesse campo a terminologia implica a existência de tesouros multilingues.

O Manifesto da IFLA/UNESCO sublinha a importância da difusão da informação, ao permitir aos cidadãos participar na formação e na educação ao longo da vida, aspeto comum ao *Manifesto para as Bibliotecas Públicas* também da IFLA/UNESCO, tal como o apoio às funções das Bibliotecas se insere no quadro institucional já existente, não



exigindo a criação de novas realidades organizacionais, ou seja, tem uma perspetiva integradora da BD nas Bibliotecas sem especificar a sua natureza ou público. Da mesma forma que os repositórios digitais se tornaram um serviço prestado pelas Bibliotecas Universitárias, também aqui a IFLA/UNESCO não propõem a separação desta realidade face às instituições existentes, pelo contrário, reforçam o seu papel no cumprimento dos objetivos já anteriormente propostos para as BP.

Por outro lado, propõem o acesso aberto e a interoperabilidade dos sistemas de BD. Aspeto de extrema importância é considerar a BD como complemento aos arquivos digitais e a todas as outras iniciativas possíveis que contribuam para a preservação das fontes de informação, alargando o papel da BD a outras realidades além da biblioteca tradicional, unindo diferentes tipos de instituições e propondo a centralidade do objeto de trabalho.

O primeiro objetivo proposto pelo *Manifesto* é o apoio que a BD deve dar à digitalização, ao acesso e à preservação do património cultural e científico. Este foco no património permite-nos definir um ponto de análise da realidade, em que os recursos financeiros são escassos e as necessidades de salvaguardar o património cultural surgem de várias instituições da memória, como arquivos, museus e bibliotecas. Foi esse aspeto de preservação cultural que criaram importantes BD atualmente em funcionamento, com a *Biblioteca Nacional Digital* e a *Europeana*, entre muitas outras. A digitalização permitiu às instituições continuar curadoras desses bens culturais de importância fulcral para as comunidades locais, seja pela raridade dos mesmos, seja, pela qualidade, estado de preservação, ligação a factos e ocorrências dessas questões identitárias, e, em simultâneo, disponibilizá-los para lá do seu espaço físico, promovendo as instituições e os serviços no quadro das instituições congéneres.

A ideia embrionária de “enciclopédia universal” de Paul Otlet e Wells, pressupunha o acesso ao texto integral que, mais tarde, veio a ser consolidado pela expressão *open access* – acesso aberto ou livre à informação contida nos vários suportes em que foi sendo registada. Este conceito, “acesso aberto”, teve o seu momento seminal na *Budapest Open Access Initiative*, em 2002, a que se seguiram outras iniciativas similares, em que se estabeleceu, daí para o futuro, o princípio de que a literatura em acesso livre está registada em suporte digital e é acessível através da internet ou *online*, que a sua utilização não tem

qualquer custo para o utilizador e com o mínimo de restrições possíveis de direitos de autor, além da citação do autor e da origem. Existem questões contratuais e legais que prevalecem sobre o acesso aberto.

Na senda da resposta cada vez mais eficaz às necessidades dos utilizadores, outro aspeto que tem estado ligado ao digital, a par de múltiplos outros aspetos que se prendem com a eliminação de barreiras ao acesso à informação, é a adaptação dos meios aos utilizadores com necessidades especiais, e neste campo os meios tecnológicos de intermediação entre o utilizador e a informação têm cumprido tarefas extraordinárias, seja no apoio às necessidades dos utilizadores com dificuldades motoras e/ou visuais. Também nesse campo, o digital transformou-se numa ferramenta de democratização do acesso à informação.

A avaliação dos interfaces de pesquisa, o rosto das instituições digitais, tem dado origem a reflexões como as de Mirijam Garcia e Paulo Leitão (2014), através das quais se procura avaliar as capacidades e os requisitos desses interfaces, nomeadamente no que diz respeito à possibilidades de pesquisa, simples e avançada, às línguas de apresentação disponibilizadas, às possibilidades de navegação, atalhos e sistema de informação, às possibilidades de configuração do próprio ecrã, como a cor, o tipo de letra, os aspetos gráficos e de disposição dos elementos, à seleção das fontes, à formulação da pergunta, à manipulação dos resultados e à ajuda.

A profusão de produção científica que aconteceu nos pós II Grande Guerra condicionou a construção dos repositórios digitais, entendidos como coleções de informação digital, problema que foi resolvido pela limitação temática dos conteúdos de cada repositório. Desta forma, tornou-se mais fácil aos investigadores percecionarem a informação existente na sua área específica de investigação. O repositório digital temático seleciona a informação de uma determinada área científica, organiza-a, armazena-a e disponibiliza-a em acesso livre ao abrigo das licenças *Creative Commons*, nas quais se incluem vários tipos de licenças de direitos de autor em diferentes jurisdições, tal a complexidade jurídico-financeira envolvida em processos desta natureza.

A nível das Bibliotecas Universitárias e Centros de Documentação foi necessário considerar um novo serviço, tendo assim em consideração este novo equipamento de armazenamento da informação em suporte digital, que consiste em serviços de guarda e

difusão oferecidos aos utilizadores constituídos por acesso remoto a coleções de objetos digitais que podem incluir objetos digitalizados e objetos criados em ambiente digital.

Segundo Eloy Rodrigues (Cadernos Bad 1, 2001, pág. 25) “Acesso Livre significa a disponibilização livre na Internet de literatura de carácter académico ou científico, permitindo qualquer utilizador ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral dos documentos”. Este conceito de acesso livre é a base do repositório digital, no entanto as BD vão muito além do simples depósito e salvaguarda da informação, como foi dito anteriormente.

Subsiste ainda alguma confusão entre repositório digital e BD, veja-se, por exemplo a BD Camões do Instituto Camões que se define da seguinte forma: “O que é a Biblioteca Digital Camões? A Biblioteca Digital Camões pretende ser um repositório da cultura em língua portuguesa, tendo como principal critério a publicação de obras integrais, para leitura gratuita, sem necessidade de registos ou subscrição.” <<http://cvc.instituto-camoes.pt/biblioteca-digital-camoes/o-que-e-a-biblioteca-digital-camoes.html>> [Acesso em 16 de junho de 2019].

A inclusão de um conjunto de serviços associados ao fundo documental digital, que permitam a constituição de relações semânticas entre a informação contida nos objetos digitais, sejam a criação de coleções temáticas ou de outro tipo, como cronológicas, geográficas, etc., distingue a definição de BD de outros recursos similares, como referem Xie e Matusiak (2016, p. 7).

Concluimos, por isso, que as bibliotecas digitais constituem um conceito vasto, dentro do qual coexistem várias tendências, sendo o princípio comum a disponibilização e o acesso à informação através dos meios digitais, centrando-se num conjunto de serviços de tratamento, gestão e organização da informação, com o objetivo de responder com precisão às pesquisas efetuadas pelos utilizadores.

## **2.2.Direitos de autor**

Os direitos de autor – *copyrights* –, consagrados na *Constituição da República Portuguesa* e no *Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos*, têm sido alvo de discussão em tudo que diz respeito ao ambiente digital.

*A Constituição da República Portuguesa* (revisão de 2005) consagra no seu artigo 42º, “1. É livre a criação intelectual, artística e científica. 2. Esta liberdade compreende o direito à invenção, produção e divulgação da obra científica, literária ou artística, incluindo a protecção legal dos direitos de autor.”

Qualquer criação científica, artística e conceptual está protegida e consagrada nos direitos de autor, pelo que a sua difusão, em qualquer ambiente, está delimitada de forma a que o criador possa tirar todo o proveito e utilizar essa obra na sua totalidade.

No *Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março, e alterado pelas Leis n.ºs 45/85, de 17 de Setembro, e 114/91, de 3 de Setembro, e Decretos-Leis n.ºs 332/97 e 334/97, ambos de 27 de Novembro, pela Lei n.º 50/2004, de 24 de Agosto, pela Lei n.º 24/2006 de 30 de Junho e pela Lei n.º 16/2008, de 1 de Abril, definem os tipos de obras e suportes protegidos pelos direitos de autor, e no artigo 9º 1 define-se “O direito de autor abrange direitos de carácter patrimonial e direitos de natureza pessoal, denominados direitos morais.”, ou seja, mesmo terminados os prazos destinados à cobrança dos direitos de autor, continua a prevalecer o direito de “reivindicar a respectiva paternidade e assegurar a sua genuinidade e integridade”.

Este aspeto é importante na transmissão de suportes de forma a assegurar a leitura dos documentos, pois deve também assegurar-se, tanto quanto possível, a integridade e genuinidade das obras.

Nesse ponto distinguem-se os direitos patrimoniais e os direitos morais. Os primeiros podem ser alvo de negociação e compensação financeira, nomeadamente através de acordos de cedência ou de compra e venda. Já os segundos são inalienáveis, pelo que permanecem intactos e não devem nunca ser atropelados. Assim, o uso da informação deve sempre contemplar a informação da sua fonte, autor e localização.

Nesse aspeto dos direitos de autor distinguem-se os projetos colaborativos ganham uma mais-valia, já que quanto mais entidades estiverem envolvidas mais facilmente se conseguem ultrapassar os direitos patrimoniais das autoridades detentoras dos mesmos e se torna maior a coleção disponível. A divulgação pode e deve ser uma compensação para

as autorias e os direitos de autor patrimoniais, basta que o autor veja nessa promoção do seu trabalho uma mais-valia importante.

Os Municípios são grandes promotores de edições sobre as regiões e as populações que administram, pelo que envolvê-los na promoção e divulgação dessas obras pode ser a solução para a questão dos direitos de autor nas BD.

Ainda assim, a Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) deve ser um elemento a ter em conta, não só na disponibilização das obras dentro dos limites temporais em que são consignados os direitos patrimoniais, mas também no que aos direitos morais diz respeito.

A existência de uma política de disponibilização de conteúdos *online* é a garantia, para criadores, para os autores/colaboradores e também para os utilizadores, do efetivo cumprimento da legislação em vigor.

A Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional de Portugal definiu uma Política de Disponibilização Online de Conteúdos, onde define os critérios de disponibilização de cópias digitais de forma livre na internet ou apenas na rede local.

Estes critérios e a sua clarificação refletem a legislação em vigor e estão acessíveis em <[http://purl.pt/resources/Dto-Autor-BND\\_set2016.pdf](http://purl.pt/resources/Dto-Autor-BND_set2016.pdf)> [Acedido em 18 de junho de 2019].

Os critérios da Biblioteca Nacional para a disponibilização de conteúdos online são seguintes:

- Obras de autor(es) identificado(s) já falecido(s) e com data de morte:
  1. Obras cujo criador intelectual é pessoa singular:
    - 70 anos após a morte do criador intelectual (Artigos 31º e 32º n.º 1). Verificação: obra a obra, da data de morte do autor:
      - Na Internet – Data de morte anterior a 1945;
      - Apenas na rede local – Data posterior a 1942;
  2. Obras com criador intelectual pessoa coletivas em pessoas singulares identificadas na obra:

- 70 anos após a 1ª publicação, salvo se pessoas singulares forem identificadas na obra (Artigo 32º n.º 2). Verificação: obra a obra, da data de edição:
  - Na Internet – Data de morte anterior a 1945;
  - Apenas na rede local – Data posterior a 1943;
- 3. Obras com criador intelectual pessoa coletiva e com pessoas singulares identificadas na obra:
  - 70 anos após a morte da pessoa singular que faleceu em último lugar (Artigo 32º n.º 3). Verificação: obra a obra, da data de morte de todos os autores:
    - Na Internet – Data de morte anterior a 1945;
    - Apenas na rede local – Data posterior a 1944;
- 4. Edições de inéditos no domínio público ou edições críticas/científicas de obras no domínio público:
  - 25 anos após a data de publicação (Artigo 39º). Verificação: obra a obra, da data de edição:
    - Na Internet – Data de edição anterior a 1991;
    - Apenas na rede local – Data posterior a 1990;
- Obras com autor(es) identificado(s) sem data de morte, mas com data de produção e/ou da publicação:
  - 5. Obras cujo criador intelectual é pessoa singular ou coletiva baseado no seguinte racional:
    - 70 após morte (=1945) menos 80 anos (cálculo tempo máximo provável de vida do autor) =1865;
      - Na Internet – Data de publicação anterior a 1865;
      - Apenas na rede local – Data posterior a 1864;
  - Obras órfãs (Artigo 26º A do CDA – aditado pela Lei 32/2015):
    - 6. Obras produzidas ou publicadas antes de 1865:
      - Não aplicável: Disponibilizar na Internet;
    - 7. Obras produzidas ou publicadas depois de 1864:
      - Pesquisar as fontes de referência para identificação de autoria e/ou datas:

- identificação e/ou datação encontradas – seguir os critérios de disponibilização das tipologias 1 a 5, consoante o caso;
- identificação e/ou datação não encontradas:
  - Registo de pesquisa diligente na base de dados de registo de obras órfãs: <https://euipo.europa.eu/orphanworks/>;
  - Disponibilizar na Internet;
- Publicações periódicas:
  9. Publicações periódicas sem artigos assinados /sem identificação de autor:
    - 70 anos após a publicação do número mais recente (Artigos 174º n.º 4, 32º e 33º). Verificação, título a título, da data de edição do último número:
      - Publicações periódicas que terminaram antes de 1945:
        - Disponibilizar na Internet;
      - Publicações periódicas em curso depois de 1944:
        - Disponibilizar apenas na rede local da BNP;
  10. Publicações periódicas com artigos assinados /identificação de autor:
    - 70 anos após a morte do criador intelectual que faleceu em último lugar (Artigos 173º, 174º, 31º e 32º n.º 1). Verificação: artigo a artigo, da data de morte dos autores:
      - Data de morte anterior a 1945 e números de publicações periódicas anteriores a 1865 (autores já terão falecido há mais de 70 anos):
        - Disponibilizar na Internet;
  11. Publicações periódicas com artigos assinados /identificação de autor:
    - 70 anos após a morte do criador intelectual que faleceu em último lugar (Artigos 173º, 174º, 31º e 32º n.º 1). Verificação: artigo a artigo, da data de morte dos autores:
      - Data de morte posterior a 1944 e números de publicações periódicas posteriores a 1864:
        - Disponibilizar apenas na rede local da BNP.

No que respeita a documentos de arquivo a BNP segue o princípio dos 30 anos depois da morte da pessoa a que respeitam os documentos, ou da extinção da pessoa coletiva, sendo que nos casos em que se desconhece a data da morte se preservam 40 anos depois da data do documento antes da sua disponibilização na Internet.

Os arquivos particulares têm a sua disponibilização na Internet sujeita à definição pelo(s) proprietários.

Os documentos pessoais (cartas-missivas, etc.) devem ser sempre alvo do consentimento do autor. O mesmo para retratos, a menos que a importância do retratado seja tal que o permita fazer sem o seu conhecimento, e se não for prejudicial para a sua imagem pública.

### **2.3.Fundo Local**

O Manifesto para as BD da IFLA/UNESCO propõe, além do acesso direto às fontes de informação de natureza científica, também a todo património cultural e vários têm sido os projetos de digitalização nessa área, levados a cabo por bibliotecas nacionais ou por consórcios a nível internacional.

Segundo Armando Malheiro da Silva, cultura confunde-se muitas vezes com informação pois esta é um «conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccional». Silva (2006, p. 103-124).

Para Barreto Nunes o “Fundo Local reúne todo o tipo de documentação e publicações referentes a uma determinada localidade. Mais rigorosamente, é um conjunto organizado de espécies documentais, qualquer que seja o seu suporte (impressos e audiovisuais), produzidas por uma comunidade ou com ela relacionadas, que se referem aos mais variados aspectos da sua vida, história e actividades”. Nunes (1996, p. 129).

Neste ambiente de redes digitais, desenvolveram-se três conceitos importantes que marcam a forma como esta realidade tecnológica se foi desenvolvendo à medida que foi sendo apropriada pelos utilizadores. Referimo-nos à *web 1.0*, que se centrava na tecnologia que permitia novas funcionalidade de ligação entre os utilizadores, da *web 2.0*,



expressão criada por Tim O'Reilly, que tinha o foco nas redes sociais em que os utilizadores da tecnologia trocavam conteúdos entre si, e na *web 3.0*, em que os computadores e os utilizadores trabalham em conjunto para criar conhecimento através da associação de informação relacionada entre si pelo sentido, sendo por isso apelidada de *web semântica*, conforme Xie e Matusiak (2016, p. 157).

Ainda conforme Xie e Matusiak (2016, p. 157-158), a *web 3.0* representa mais um avanço na eliminação de barreiras entre o utilizador e a informação pois permite interligar informação, tendo para isso de estar em livre acesso e estruturada, de forma a ter uma descrição da fonte de informação (RDF – *Resource Description Framework*), e ligada a um sistema de gestão da informação que possa não só interpretar a informação, mas construir redes com outras fontes relacionadas.

Esta interoperabilidade dos sistemas de descrição da informação que se iniciou com o formato MARC, assume atualmente, com as novas linguagens de descrição, possibilidades de agregar informação a essa descrição inicial e de alterar os elementos descritivos, aspeto que se torna fulcral na construção de associações semânticas da informação.

Pelo facto de se poder agregar mais informação descritiva e alterar a forma de descrição da informação, permite-nos afirmar que se está a construir conhecimento diretamente sobre o objeto digital, na medida em que cada utilizador pode acrescentar informação à descrição da informação prévia, e nessa medida, as futuras pesquisas irão obter resultados diferentes das anteriores.

A construção de BD a que chamaram “memórias” ou “projetos memória” (Memórias de Ródão – <<https://www.memoriamedia.net>> [Acedido em 18 de novembro de 2017] – ou Memórias de Outros Tempos – <<https://bmfigueirodosvinhos.com.pt/index.php/portfolio/item/86-par>> [Acedido em 18 de novembro de 2017]) são disso um exemplo, pois aí os utilizadores podem identificar aspetos cuja descrição inicial não incluía, bem como relacioná-los com outros, enquadrá-los em vários eventos relacionados, várias datas, etc.

Para a organização e o tratamento da informação através da estrutura de metadados que permitissem uma relação semântica com outros, criaram-se sistemas como *Dublin core*,

que oferece a possibilidade de criar informação sobre o conteúdo do recurso, as autorias do recurso e a instalação do recurso, e, talvez por isso, se tornou o mais vulgarmente utilizado neste momento, uma vez que além dos 15 descritores iniciais, propostos pelo sistema, podem-se acrescentar outros.

Após o sucesso dos primeiros casos de disponibilização *online* de fontes de informação de natureza cultural, desenvolveram-se projetos de digitalização em larga escala denominados de projetos *Cultural Data Heritage*, a que se associaram governos, bibliotecas, museus, galerias e arquivos um pouco por todo o mundo.

A constituição da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP) em Portugal incentivou fortemente a profusão de fundos locais (FL) num esforço de identificação, seleção, salvaguarda, tratamento e disponibilização de coleções temáticas de cada região. Estes fundos especiais dentro de cada biblioteca tornaram-se uma fonte de identificação entre a BP e a população que serve, numa ligação entre os profissionais da biblioteca e os investigadores e produtores locais de conteúdos de informação.

Para clarificarmos a definição da RNBP usamos a definição de rede proposta por José Maria Jardim (1995, p. 59), contrapondo com a definição de sistema. Para este autor sistema é o conjunto de elementos integrados com objetivos específicos, componentes interdependentes, características padronizadas e funções específicas e interdependentes, em que a ausência de um componente compromete a realização dos objetivos do todo. Já o conceito de rede situa-se em elementos interligados, características individuais, cooperação nas funções e a ausência de um componente não interfere na realização dos objetivos do outro.

Na aceção comum, podemos dizer que em uma rede o todo é maior do que a simples soma das partes, todavia essa interligação e autonomia podem criar diferentes níveis de desenvolvimento e de assimetrias que um sistema não contempla. Ainda assim, as vantagens de uma rede são inúmeras, principalmente porque permite a cada elemento adotar características próprias conforme as necessidades dos utilizadores e dos profissionais, por um lado, e, por outro lado, deixa espaço para que a criatividade e o espírito de iniciativa se possa expandir independentemente da rede, podendo tornando-se um incentivo aos restantes membros.

Cada elemento dessa RNBP é um sistema em si, com objetivos e características individuais únicas, bem definidas e a trabalhar em ligação estreita, o que não impede a existência de vários sistemas dentro de um sistema. Falamos da existência de coleções dentro da coleção de cada BP, em que o sistema de informação se subdivide em outros sistemas que funcionam em inter-relação com a coleção no seu todo.

É o caso do FL que a IFLA/UNESCO determina no *Manifesto* para as BP ser a sua missão criar, manter e desenvolver e a DGLAB define na sua página oficial [<http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/etc/Paginas/ConceitodeFundoLocal.aspx>] como a reunião de todo tipo de documentação referente a uma determinada localidade e mantida na BP dessa região.

Patrícia de Almeida Silva (2005) atribui ao FL uma função social identitária e memorialista, o que lhe atribui funções na comunidade, que se estendem além do espaço físico da instituição. Ainda segundo a mesma autora, o FL confere identidade, concretiza a memória e é fator de excelência na BP. De facto, nas localidades pequenas a BP serve muitas vezes de Posto de Informação Turístico para quem procura obter informações sobre a região.

Armando Malheiro da Silva (2015, p. 116) cita Molina Campos para definir biblioteca como um sistema que inclui também os seus utilizadores. Deste modo, e tendo presente o que Malheiro da Silva considera como sistema, isto é, um conjunto de elementos integrados por contraponto com o conceito de rede onde os elementos estão interligados, podemos concluir que o FL é um subsistema de informação dentro do sistema de informação que é a biblioteca.

Trata-se, por isso, de uma coleção cujo tema é o local, e como tal enquadra-se no conceito operacional de recolher, seleccionar, organizar e difundir documentação de todo tipo que contenha a informação sobre um local ou região, tornando-se por isso um espaço distinto da restante coleção da biblioteca, arquivo ou centro de documentação.

Fuentes Romero (2005, p. 21) cita as *Directrizes da IFLA/UNESCO* para distinguir os diversos tipos de suportes de informação que devem fazer parte do FL, tais como:

- Periódicos locais, regionais e nacionais;
- Informação sobre a comunidade;

- Informação oficial, respeitante às entidades locais e relativas a elas;
- Documentação sobre história local;
- Documentação genealógica.

Assim, devem constar no FL todos os tipos de suportes de informação cujo tema esteja de alguma forma relacionado com o lugar/região, particularmente com factos e alusões a pessoas e lugares que se situem na área geográfica do FL.

O mesmo autor salienta que nessas Diretrizes ainda se reforça o papel dos serviços prestados a nível local, nomeadamente quando propõem que a BP deve ter um serviço de informação local e comunitária. Patrícia Silva salienta a este propósito que a informação utilitária recolhida e disponibilizada aos utilizadores rapidamente deixa de ter de estar atualizada e passa a fazer parte da memória coletiva da comunidade.

Ainda sobre as Diretrizes, Fuentes Romero (2005, p. 22) salienta a promoção das coleções relacionadas com a cultura e história locais de entre os tipos de coleções que a BP deve constituir, concluindo mais adiante que é competência das BP a salvaguarda do património escrito e gráfico da sua área geográfica.

A importância do FL é tão significativa que o organismo que tutela a RNBP teve um projeto que consistiu na construção de um único portal de acesso a um catálogo dos registos bibliográficos dos documentos dos FL de toda a RNBP, como forma de os divulgar e promover junto dos públicos locais e dar-lhe dimensão nacional. Esse projeto foi abandonado e incluído na BD da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), disponível em:

<http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/CatalogosOnline/CatalogodosFundosLocaisdasBibliotecas/Paginas/default.aspx> [Acedido em 30 de abril de 2019].

Patrícia de Almeida Silva (2015) refletiu sobre o carácter instrumental de motor de pesquisa e investigação da história local, mas também “de experiências culturais”. Assim, teremos de considerar os públicos a quem se destina este serviço. Naturalmente que se incluem os investigadores e produtores de História local, bem como os estudantes e professores, os jornalistas ou simples curiosos, sejam eles pertencentes à comunidade, sejam exteriores, que por uma razão ou outra necessitam dessa informação. Tratam-se, muitas vezes, de aspetos afetivos que conduzem os cidadãos à recuperação de dados,

factos e memórias, avulsas ou organizadas, para recuperar de um desenraizamento cultural a identidade própria na reconstrução de um passado que se viveu e, entretanto, foi sendo apagado em percursos de vida dos quais não ficou registo. Nesses processos, a Biblioteca encontra muitas vezes fontes de documentação extremamente importantes e trabalho de pesquisa que é cedido à comunidade pelos próprios agentes dessa pesquisa. Para que tal se verifique é indispensável um trabalho de proximidade e cooperação entre a Biblioteca e a comunidade, por forma a eliminar quaisquer tipos de barreiras e criar uma relação de confiança e cumplicidade.

Patrícia de Almeida Silva (2015, p. 122) sublinha a importância da utilização generalizada, pela população local, do FL e que essa acessibilidade da informação de carácter local é fundamental para o cumprimento da função democratizadora da BP.

A obsessão memorialista que já se verifica desde o séc. XIX teve, recentemente, um ponto alto a propósito das comemorações dos centenários de várias instituições republicanas em Portugal, o que potenciou quer a utilização dos fundos locais, quer a sua atualização, com publicações Municipais e de investigação jornalística. No geral, utiliza-se o FL numa perspetiva de enobrecimento da imagem das localidades, salientando as suas potencialidades e conquistas, o que foi o grande motor da proliferação de publicações comemorativas dos centenários da revolução republicana e das instituições que surgiram um pouco por todo lado, resultantes dessa mudança de regime, cujo estudo implica o alargamento ao território nacional dos fenómenos locais.

As evidências locais permitem conhecer e contextualizar as informações que os eventos nacionais não possuem e que nunca poderiam ser sustentados sem a fundamentação local, pois ficariam incompletas. Bases de dados locais alimentam outras cooperantes que perfazem um sistema de informação que se alimenta entre si, como referem Silva e Furtado (*s. d.*, p. 5.)

## **2.4.Preservação da Informação**

A expressão de John Garrett “data is drowning us” citado por Lopes, Cardoso e Moreira (2002), definiu a situação a que se tinha chegado no início deste século sobre a quantidade dos documentos digitais produzidos. De então para cá o acesso aos meios de produção e divulgação digitais expandiu-se, .

As características dos próprios documentos digitais e da informação veiculada por este suporte, principalmente no que diz respeito à sua fragilidade e curta duração, ditaram as preocupações de proteção dessa informação, enquanto património cultural. Se no centrarmos em toda a informação produzida nas páginas *web* das instituições, e que rapidamente é alterada, temos uma noção do que está continuamente a desaparecer, ou visto de outra forma, a ser atualizado.

Há hoje instituições, como o projeto *Arquivo.pt*, que se preocupam com a conservação dessa informação, nomeadamente através da realização contínua de *snapshots*/fotografias das páginas de internet dos organismos oficiais dos países. No entanto, há também quem preconize o depósito legal digital e voluntário como forma de preservação, sendo que seria sempre uma preservação seletiva e não exaustiva.

Esta facilidade de acesso aos meios digitais fez com que surgissem coleções de informação digital, para além das bibliotecas e dos arquivos, da responsabilidade de diferentes organizações, ou sendo publicadas diretamente na Internet.

Nas *Guidelines for the Preservation of Digital Heritage* (2003), a UNESCO define o conceito de preservação digital como referente a todos os processos destinados a assegurar a continuidade dos materiais patrimoniais pelo tempo que são necessários, dando especial relevo ao acesso aos ficheiros e aos meios que permitam a sua utilização, pois, segundo esta organização, sem esta garantia não poderá ser possível a sua preservação. Diz ainda que o objetivo da preservação digital é manter a acessibilidade: a capacidade de acesso à essência da sua mensagem autêntica e ao seu propósito.

Apesar das diferenças entre os conceitos de preservação digital, o que os une pode ser resumido como uma série de atividades necessárias que assegurar o acesso continuado a materiais digitais durante o tempo que for necessário. Estes materiais podem ser registos criados durante o dia a dia de um negócio, numa qualquer entidade, ou ainda materiais criados originalmente em meios digitais com uma determinada intencionalidade ou utilidade, ou produtos de projetos de digitalização de objetos originalmente analógicos.

A fragilidade dos suportes, a reserva administrativa e legal, são alguns dos fatores que podem condicionar o acesso à informação, o que tem sido resolvido com sucesso através da disponibilização destas coleções em suporte digital.

É precisamente a fragilidade de muitos dos suportes de informação, em especial os produzidos a nível local, ditada pela escassez de recursos financeiros, pode beneficiar da preservação e difusão digital, considerando as estratégias de preservação como a forma de assegurar a continuidade do acesso à informação.

O armazenamento da informação e a sua preservação, seja de instituições em funcionamento, seja de instituições que terminaram a sua atividade, podem ser salvaguardas pela realidade digital, dadas as suas possibilidades tecnológicas de armazenamento e baixo custo.

O processo de digitalização é, desde logo, uma definição que inclui dois termos. O processo é um conjunto de tarefas/atividades/método realizadas para fazer algo. O termo digitalização abarca diferentes perspetivas, desde o mais restrito de tornar digital um determinado objeto a uma aceção mais lata, que inclui ter acesso ao ambiente digital por parte de pessoas, instituições e sociedades.

Segundo as diretrizes para a conservação e o manuseamento de documentos de biblioteca da IFLA (2004, pág. 131) “A digitalização é uma forma de capturar e armazenar imagens usando tecnologia informática.” Até este ponto do processo os únicos cuidados a ter residem na verificação da qualidade da imagem obtida, assegurando que o conteúdo a digitalizado é humanamente interpretável. Todavia, e como a própria IFLA chama a atenção, o código digital binário resultante deste processo pode ser lido por um computador, mas não pode ser pesquisado. Há todo um trabalho de tratamento da informação, organização, classificação e contextualização que implica a construção de uma matriz de metadados, sem os quais o objeto digital não se torna pesquisável e, por isso mesmo, capaz de ser difundido e recuperável. Desde a produção destas diretrizes para cá a evolução tecnológica permitiu também digitalizar o som e as radiografias, pelo que à captação de imagens há que acrescentar outros formatos, nomeadamente a captação de imagens em 3 dimensões.

A digitalização é um método que tem várias possibilidades tecnológicas cujas opções dependem dos fins que se destina, nomeadamente ao nível da qualidade da imagem. Para efeitos de preservação futura a imagem é captada com a máxima resolução possível tecnologicamente, sendo que essa matriz é guardada e só são utilizadas cópias em várias níveis de resolução conforme os destinos a que se destinam, como sejam, a reprodução

analógica, a difusão pela internet, o fluxo pela intranet ou o simples acesso num posto de acesso à coleção.

Uma das vantagens apontadas para o processo de digitalização é a possibilidade de restauro dos conteúdos digitalizados, ou a digitalizar, o que se torna particularmente vantajoso para imagens, fotografias, documentos de áudio ou filmes. Neste ponto, muitas coleções públicas e privadas têm beneficiado deste processo, como é o caso do Arquivo da RTP que tem conseguido melhorar e recuperar património significativamente importante para a memória do país com a digitalização.

Outra grande vantagem da digitalização é a possibilidade de disponibilização dos conteúdos a qualquer parte do mundo que se possa conectar à rede informática, em simultâneo, transformando as coleções locais em pontos de acesso universal disponíveis para todos, considerando a vulgarização da utilização do ambiente digital atualmente. Esta possibilidade aumenta em muito a visibilidade das instituições e das coleções à sua guarda, numa época em que a justificação dos meios utilizados é a base da gestão quotidiana.

As desvantagens prendem-se, genericamente, com os custos do processo de digitalização, humanos e tecnológicos, mas sobretudo com os perigos da obsolescência dos meios tecnológicos de acesso aos conteúdos, o que obriga, desde a sua produção, à implementação de um Plano de Preservação, sem o qual toda a coleção fica em causa.

Os motivos da digitalização de objetos analógicos prendem-se inicialmente com a necessidade de conservação dos mesmos, seja pelo avançado estado de deterioração, seja pela fragilidade dos suportes ou pela necessidade de diminuir o manuseamento dos suportes, e vêm na sequência da microfilmagem. As vantagens do ambiente digital, o decréscimo dos custos e o crescimento das capacidades de armazenamento, tornaram a microfilmagem obsoleta tecnologicamente falando.

As principais características do documento digital, ou objeto digital, prendem-se com a sua flexibilidade e facilidade de reprodução/alteração, o que acarreta de imediato problemas relacionados com a originalidade, a fiabilidade e a autenticidade, principalmente quando falamos de documentos de arquivo, para os quais o valor probatório e a fidedignidade são



cruciais, ou problemas de direitos de autor, quando falamos de outro tipo de documentos mais relacionados com os ambientes de bibliotecas e museus.

Digitalizar também significa também desmaterializar, o que coloca imediatamente questões de acessibilidade, de certificação e de preservação. Do ponto de vista dos profissionais de arquivos, museus e bibliotecas prende-se com a questão de saber em que medida a digitalização pode ser ou é uma mais-valia para a missão e os objetivos que se propõem alcançar, ou, se, por outro lado, representam um perigo para as coleções que têm de manter e preservar. Assim, há que considerar para o processo de digitalização o que queremos digitalizar, e, dados os custos e riscos da operação, com que objetivos se vai digitalizar, para podermos decidir as características técnicas das imagens a captar bem como para a definição do Plano de Preservação.

Para instituições de arquivo, digitalizar tem vantagens extraordinárias na preservação da informação, na economia de espaço, na rapidez e acesso à informação, e também na capacidade de difusão. Os arquivos debatem-se muitas vezes com o estado de deterioração da documentação em suporte analógico, a qual, implicam espaço físico de armazenamento e manutenção das condições de conservação que em muitos casos não existem. Em ambiente digital todas estas questões de deterioração, de armazenamento, de gestão, acesso e disponibilização passam para o Plano de Preservação. Com o fluxo da informação a ser feito digitalmente dentro das organizações, em detrimento do suporte papel, o ciclo de vida dos documentos adquiriu etapas relacionadas com o tratamento tecnológico contínuo de forma a garantir a sua preservação ao longo do tempo.

Para as bibliotecas a digitalização traz vantagens ao nível da conservação das coleções do fundo local, principalmente no que diz respeito aos jornais locais, materialmente frágeis pela natureza do próprio suporte, como é o caso de postais, mapas e fotografias. A sua difusão e disponibilização em linha podem levantar questões de direitos de autor, as quais devem ser tidas em consideração sob pena de comprometer o projeto em questão. Com o avanço tecnológico a digitalização em 3 dimensões tornou-se acessível o que alargou o seu âmbito aos museus que passaram a poder difundir de forma mais atrativa as suas coleções, e hoje é uma das grandes atrações do mundo digital o facto de se poder entrar virtualmente nestas instituições e poder usufruir de experiências muito próximas da realidade através do acesso remoto.

Em termos analógicos, preservação significa garantir o acesso aos documentos, e por sua vez à informação que contêm nas melhores condições possíveis. Em termos digitais preservação é tida com um conjunto de estratégias que visam garantir a integridade da informação e o seu acesso através da leitura pelos sistemas intermediários.

As estratégias de preservação que têm vindo a ser seguidas são-no muitas vezes pela experiência de sucesso e insucesso de exemplos anteriores, pois a evolução futura da tecnologia não se pode prever, e até agora não há uma única estratégia que possa ser aplicada a todos os objetos digitais, segundo Santos e Flores (2015). Assim, uma estratégia de preservação é tanto mais bem-sucedida quanto prever diferentes formas de preservação dos documentos e nenhuma deve ser implementada isoladamente.

Dada a natureza complexa da informação digital, como sejam a existências de diferentes formatos num mesmo documento, as estratégias de preservação devem considerar a perda eventual de algumas das propriedades dos documentos e salvaguardar o objeto conceitual. Nesse aspeto há diferentes opiniões, segundo Ferreira (2006), umas que consideram que se devem manter os aspetos estruturais do objeto digital, para que ao aceder o utilizador experimente o mesmo ambiente com que o objeto foi criado. Esta tendência revivalista procura não a atualização dos objetos no ambiente tecnológico atual, mas manter as características iniciais, muitas vezes mais limitadas que as que são criadas presentemente. Outras opiniões defendem que os objetos digitais devem ser acedidos no ambiente digital atualizado e ser possível aceder às soluções que a tecnologia oferece atualmente, centrando a questão mais no aspeto conceptual.

Conforme Ferreira (2006), as principais estratégias de preservação são a preservação tecnológica, a emulação, o encapsulamento, o refrescamento e a migração.

A preservação tecnológica pressupõe a salvaguarda dos meios tecnológicos (hardware e software) de acesso à informação; a emulação implica a criação de um software capaz de reproduzir o ambiente em que o ficheiro foi criado noutra ambiente tecnologicamente diferente; o encapsulamento é usado para informação pouco utilizada e baseia-se em salvaguardar toda a informação necessária para voltar a aceder ao objeto; o refrescamento implica a transferência de suporte de informação; a migração implica a transferência da informação para outro software, conforme Ferreira (2006, p. 31 e seguintes).

É importante que na criação ou no processo de digitalização não sejam considerados formatos proprietários, pois nesse caso a estratégia de preservação ficaria dependente de uma empresa e das soluções e custos que apresente.

A preservação digital enquadra-se na perspetiva de permanência do acesso à informação quer no espaço quer no tempo, como refere Eloy Rodrigues no prefácio do livro de Miguel Ferreira (2006).

A facilidade com que o material digital pode ser criado e disseminado coloca questões de autenticidade, mas também de longevidade, nomeadamente pela compatibilidade dos sistemas de intermediação tecnológica que tão rapidamente evoluem, se complexificam e se tornam obsoletos.

## 2.5. Projetos de Bibliotecas Digitais

A perspetiva de *benchmarking* conduz-nos à avaliação de casos similares ao projeto que pretendemos implementar. Nesse sentido elegemos dois projetos nacionais e dois internacionais, através dos quais pudéssemos tirar ilações e aprendizagens.

A nível internacional elegemos o projeto *Europeana* e a BD da Região de Múrcia, o primeiro pela projeção e abrangência que tem, o segundo por ser um projeto agregador de vários Municípios numa realidade próxima. A nível nacional elegemos o projeto da DB do Alentejo, que se fundiu na BD da Biblioteca Nacional de Portugal, e a bibRia, por se centrarem na promoção do património local de regiões bem definidas.

A *Europeana*, é uma Biblioteca, um Museu e um Arquivo europeu, que abrange vários domínios do saber e patrimónios culturais. O nome quer dizer “coisas europeias” em latim e assume-se como pretendendo “to share cultural heritage for enjoyment, education and research” [in <<https://www.europeana.eu/portal/en/about.html>> Acedido em 16 de junho de 2019].

Na verdade, a *Europeana* é um projeto agregador, para o qual concorrem as BD das Bibliotecas Nacionais da União Europeia, além de outro tipo de instituições, como Arquivos e Museus. Beneficia das contribuições de outras bibliotecas e permite-lhes aceder às suas.

Trata-se de um projeto em larga escala, 50 milhões de itens digitalizados, bibliotecas, arquivos, galerias e museus agregados, que se baseia na interoperabilidade intercomunitária, humana e política, na interoperabilidade dos metadados normalizados, na interoperabilidade linguística e semântica, numa estrutura técnica, nos utilizadores e facilidade de utilização.

A construção do projeto teve em conta a opinião dos utilizadores, que integrou os mais diversos formatos, para permitir às instituições curadoras do património cultural passarem das estruturas fechadas de informação para o ambiente digital de acesso remoto. O sucesso do projeto e a sua apropriação pelos utilizadores conduziram a aplicações disponíveis para telemóveis e outros sistemas portáteis.

O trabalho que tem sido desenvolvido permite ter disponíveis coleções sobre 1914/18, arqueologia, arte, moda, manuscritos, mapas e geografia, migração, música, história natural, periódicos, fotografia e desporto.

Podemos explorar a BD a partir de tópicos como novos conteúdos, cores, fontes, tópicos, pessoas, períodos cronológicos e galerias. Temos ainda as coleções sobre os mais variados temas, disponíveis logo na página de entrada.

São ainda destacados temas da atualidade que são explorados, como a questão dos migrantes na arte.

Enfim, trata-se de uma BD onde podemos “Explorar 57,621,071 obras de arte, artefactos, livros, videos e sons de toda a Europa”.

Existe um sítio onde se disponibiliza informação para os profissionais desta área das BD <[https://pro.europeana.eu/?utm\\_source=portalmenu&utm\\_medium=portal&utm\\_campaign=Portal%2Bmenu](https://pro.europeana.eu/?utm_source=portalmenu&utm_medium=portal&utm_campaign=Portal%2Bmenu)> [Acedido em 16 de junho de 2019].

Os objetivos desta BD são tornar mais fácil e compensador às instituições detentoras do património cultural partilharem as suas coleções com o público global, direcionar com os parceiros a sua atividade para os grupos de interesse que mais possam beneficiar com este serviço e, não menos importante, potenciar o interesse pelo património cultural.

Os principais serviços que presta são a publicação de informação, a criação de coleções e o apoio a novas ideias e serviços para a promoção do património cultural.

Do ponto de vista técnico a Europeana usa o esquema *XML* para o modelo de dados que permite a validação automática de metadados do *EDM* (European Data Model – Modelo Europeu da Informação). O *EDM* especifica como as classes e as propriedades podem ser usadas juntas. As regras de mapeamento do *EDM* são definidas em relação ao acesso oficial do esquema *XML* do *EDM* e as regras necessárias do *Schematron* (são regras de validação da linguagem através de da indicação de presenças e ausências no esquema *XML* incorporadas no esquema). Pode-se baixar as versões mais recentes dos arquivos de esquema *EDM* diretamente do *Github* (plataforma de alojamento de fontes com controle das versões e que permite aos utilizadores contribuírem para projetos de *open source*). O sítio disponibiliza o documento de validação do *EDM* para usar as regras de validação com o editor de *XML* do *Oxygen* (é um editor do *XML* que fornece ferramentas intuitivas de desenvolvimento e autoria).

A Biblioteca Digital da Região de Múrcia é uma das instituições que contribuem para a *Europeana*, além de outros projetos em Espanha, por cumprir os requisitos OAI (*Open Archives Initiative*), o que permite uma maior projeção do património regional.

Numa primeira fase digitalizaram-se as obras pertencentes ao fundo local da Biblioteca Digital de Múrcia. <<https://bibliotecaregional.carm.es/Biblioteca/faces/br-biblioteca-digital-region-murcia>> [Acedido em 16 de junho de 2019].

A Biblioteca da Região de Múrcia rege a BD dessa região e assenta na Rede de Bibliotecas da Região de Múrcia, a qual é constituída por 95 bibliotecas e centros de documentação, além das 5 bibliotecas móveis, repartidas pelos 45 Municípios que a compõem.

O objetivo desta BD é conservar e difundir o património documental de domínio público, ou seja, não sujeito a direitos de propriedade intelectual, que possa existir em qualquer instituição cultural dessa região, bem como recolher outros que possam existir noutros repositórios digitais. Incorpora qualquer tipo de suporte (livro, manuscrito, incunábulo, materiais gráficos, sonoros ou visuais) e temática (literária, científica, história, legal, religiosa, económica ou sobre os usos e costumes) relacionada com a região.

Este projeto recebeu a ajuda da *Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas del Ministerio de Cultura*. <<https://bibliotecaregional.carm.es/Biblioteca/faces/br-biblioteca-digital-region-murcia>> [Acedido em 16 de junho de 2019].

No que aos projetos nacionais diz respeito, a BibRia é um projeto cooperativo entre a Universidade de Aveiro e os Municípios de Aveiro, Oliveira do Bairro e Ovar, e envolveu as Bibliotecas Municipais e o Centro de Documentação destas entidades.

O projeto foi cofinanciado pela União Europeia, pelo projeto Portugal Digital e pelas entidades envolvidas com o objetivo de digitalizar conteúdos histórico, económico e cultural, e teve um investimento de 329,489 € e a duração de execução de 24 meses (BIBRIA, 2006). < <http://bibria.cm-aveiro.pt/Forms/ProjectoBibria.aspx> > [Acedido em 10 de junho de 2019].

A digitalização dos documentos e a sua disponibilização através da internet teve por base uma estrutura de gestão documental, através da qual se procedeu à criação de 250 mil imagens digitais, com objetivos de preservação e difusão. O projeto inclui material de Arquivo, Processos de Obras; material Cartográfico, como Mapas; material Gráfico, como Cartazes, Fotografias, Gravuras e Postais; Monografias em livro; Música em Partitura Impressa e Partitura Manuscrita; Publicações Série, como Jornais e Revistas.

Tendo sido entregue às bibliotecas a gestão e a criação do serviço, foi dada formação aos profissionais das bibliotecas para proceder à digitalização dos documentos. A questão dos Direitos de Autor, neste projeto, foi resolvida através das instituições participantes, as quais são as detentoras desses direitos, enquanto promotoras das edições e detentoras dos documentos digitalizados.

Depois de 2006, a bibRia resultou nos Serviços on-line e de Arquivo Digital das Bibliotecas na Região da AMRIA (Associação Municipal dos Municípios da Ria de Aveiro), hoje Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Este é um projeto muito semelhante ao da BDMT, embora incluído num projeto mais geral de dotar a região dos espaços com acesso à Internet e formar a população na literacia informática. Através da consulta do catálogo, no entanto, podemos ver que o projeto ficou parado na digitalização do material analógico, não se tendo desenvolvido a partir daí mais trabalho na criação de coleções e quaisquer outros serviços para os utilizadores. A página *web* não dá qualquer informação sobre a continuidade do projeto sequer.

A Biblioteca Digital do Alentejo (BDA) foi criada pela Fundação Alentejo – Terra Mãe, uma entidade privada sem fins lucrativos, em 2005, pelo advogado Dr. José Flaminio

Roza. Trata-se de num projeto cofinanciado pela União Europeia com o objetivo de promover e divulgar o Alentejo e as suas gentes, e “pretendeu igualmente contribuir para a valorização e conservação dos fundos documentais e da herança cultural alentejana, bem como para democratização e promoção da igualdade no acesso ao conhecimento da História e Cultura alentejana.” (Biblioteca Digital do Alentejo, 2005).

Tem ainda como objetivos operacionais o de constituir “um fundo documental regional em suporte eletrónico, propondo a conversão a formato digital de obras, quer impressas quer manuscritas, relativas à Região do Alentejo (temáticas ou autores alentejanos). Reúnem-se dois conceitos: o de biblioteca patrimonial e o de divulgação do conhecimento sobre a região. A BDA coloca *online* obras de âmbito literário, científico, memorialístico ou periodístico.” (Biblioteca Digital do Alentejo, 2005).

Com a extinção da Fundação Alentejo – Terra Mãe, em 2009, o projeto foi entregue à Biblioteca Pública de Évora, e, por conseguinte, ficou sob a tutela da então Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB), agora DGLAB, embora a página *web* continue a funcionar.

Além do esforço de digitalização dos documentos referentes à região, é também objeto da BDA a reunião de referência biográficas com o mesmo denominador regional. Assim, a BDA oferece dois catálogos de pesquisa, um correspondente a cada uma destas realidades (temas e biografias).

A BDA não digitalizou os próprios fundos documentais, antes criou parcerias com bibliotecas, que cederam os seus fundos para que pudessem fazer parte do acervo da BDA.

A página *web* parece estar congelada no tempo, com pouca informação e desatualizada, já que menciona nas notícias que pela extinção da Fundação Terra Mãe em 2009 a BDA foi doada à Biblioteca Pública de Évora/DGLB, quando esta Direção Geral já é denominada de DGLAB desde o Decreto-Lei nº 103/2012, de 16 de maio <<http://www.bdalentejo.net/noticias.html>> [Acedido em 19 de junho de 2019].

Pelos projetos que apresentamos, verificamos que as BD em Portugal não têm vingado no tempo, pelo menos as que respeitam às BP, limitando-se a ser repositórios digitais. Além destes exemplos, conhecemos outras, com a Biblioteca Digital de Cascais que já

tem trabalho de digitalização das obras editadas pelo Município efetuado, ou as Bibliotecas Digitais da Biblioteca de Vila Nova de Famalicão, que mais não são que duas coleções digitalizadas. Mas a verdade é que qualquer destes exemplos não podem ser comparados com a BD da Região de Múrcia. Estamos ainda a uma longa distância do desenvolvimento alcançado noutros países nesta matéria de BD cooperativas e ligadas às BP.

### **2.6.A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**

A organização territorial de Portugal tem tido várias configurações tendo como base a abrangência dos direitos de soberania sobre todo o território, a descentralização da administração pública e a autonomia das autarquias locais.

A Constituição da República Portuguesa de 1976 estabelece que o país se divide em regiões autónomas nos territórios insulares (Açores e Madeira) e em distritos no continente, os quais, quer uns quer outros, se subdividem em municípios e estes em freguesias. Previstas desde então são as regiões administrativas, que até agora não foram criadas.

A configuração da divisão do país continental em regiões já passou por várias formas, tendo a divisão do país em regiões sido adiada. Com a reorganização administrativa verificou-se o forte aumento de importância das Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais em detrimento dos distritos, o que culminou em 2003 na extinção dos Governos Cívicos. Com esta reforma criaram-se três tipos de associações de municípios, que eram as Grandes Áreas Metropolitanas ou Comunidades Urbanas (extintas e unificadas com a denominação de Áreas Metropolitanas – AM) e as Comunidades Intermunicipais (CIM), obedecendo para isso a critérios geográficos (ter continuidade geográfica) e, no caso das urbanas, demográficos (ter população mínima de 350 000 habitantes). Em 2008, o regime do associativismo municipal foi alterado pelas Leis n.º 45/2008 e n.º 46/2008, que limitam a Lisboa e Porto as áreas metropolitanas. Os municípios que não pertencerem a estas, só se podem constituir em comunidades intermunicipais que têm que ter, como base para a sua área, o território abrangido pelas unidades NUTS 3 (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), ou seja, as divisões regionais existentes em todos os estados-membros da União Europeia,



utilizadas pelo Eurostat para a elaboração de todas as estatísticas regionais e pela definição de políticas regionais e atribuição dos fundos de coesão.

A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) uma sub-região estatística portuguesa (NUTS 3), que engloba parte da Região do Centro e do Distrito de Santarém, “surge no seguimento das extintas Associação de Municípios do Médio Tejo e Comunidade Urbana do Médio Tejo, respetivamente, com o intuito de promover o desenvolvimento equilibrado e sustentável do seu território de intervenção, com base no planeamento estratégico regional e o apoio às autarquias locais. Esta associação de fins múltiplos foi constituída no ano de 2008 pelo Regime Jurídico do Associativismo Municipal (Lei 45/2008 de 27 de agosto) e instituída como pessoa coletiva de direito público pela publicação dos respetivos estatutos no DR n.º233 II Série de 02 de dezembro, entretanto substituídos pelos publicados em Diário da República a 08 de janeiro de 2014” (<<http://mediotejo.pt/index.php/cimt/missao-e-objetivos>> [Acedido em 28/04/2018].

Tem uma área de 3 344 km<sup>2</sup> e uma população de 247 330 habitantes (censos de 2011) e é atualmente constituída por 13 municípios: Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha, Vila de Rei e Sertão.

A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) passou por várias configurações enquanto entidade administrativa legalmente constituída, num processo que levou à integração e ao abandono de Municípios, consoante as alterações dos enquadramentos legais e das opções dos vários executivos ao longo do tempo. Como podemos verificar na seguinte tabela, disponibilizada pela Sr<sup>a</sup>. Eng<sup>a</sup>. Ana Paula Remédios:

Associação de Municípios do Médio Tejo (AMMT)	1988	<b>07 janeiro:</b> escritura de constituição <b>06 abril:</b> publicação dos estatutos em DR  <b>Municípios associados à data da constituição</b> Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Gavião, Golegã, Mação, Ponte de Sor, Sardoal,
---	------	--

		<p>Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha</p> <p><b>Nota informativa</b></p> <p>Ao longo da sua existência, esta entidade sofreu algumas alterações no que respeita aos municípios associados, nomeadamente com a integração dos concelhos de Ourém e Vila de Rei e a desvinculação dos concelhos de Golegã, Gavião e Ponte de Sor.</p>
Criação das Comunidades Urbanas (Lei n.º 10/2003)		
Comunidade Urbana do Médio Tejo (CUMT)	2004	<p><b>25 março:</b> escritura de constituição</p> <p><b>08 junho:</b> retificação da escritura</p> <p><b>07 julho:</b> publicação dos estatutos em DR</p> <p><b>Municípios associados à data da constituição</b></p> <p>Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha</p> <p><b>Nota informativa</b></p> <p>O processo de transformação da Associação de Municípios do Médio Tejo em Comunidade Urbana do Médio Tejo implicou a desvinculação do município de Ourém. O concelho de Vila de Rei, por sua vez, pertenceu a esta entidade durante três anos.</p>

Criação das Comunidades Intermunicipais (Lei n.º 45/2008)		
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT)	2008	<p><b>25 março:</b> publicação dos estatutos em DR</p> <p><b>Municípios associados à data da constituição</b>  Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha</p> <p><b>Nota informativa</b>  A transição da Comunidade Urbana do Médio Tejo para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo provocou a desvinculação do município de Mação, que seria reintegrado mais tarde. O território de intervenção adquiriu a sua configuração atual com a adesão dos concelhos de Sertã e Vila de Rei.</p>

Atualmente, e segundo a informação da página *web* da Comunidade, é seu intuito “promover o desenvolvimento equilibrado e sustentável do seu território de intervenção, com base no planeamento estratégico regional e o apoio às autarquias locais”.

A associação de Municípios foi constituída em 2008 pelo Regime Jurídico do Associativismo Municipal (Lei 45/2008 de 27 de agosto) e instituída como pessoa coletiva de direito público pela publicação dos estatutos no DR n.º 233 II Série de 02 de dezembro, alterados em 2014.

A CIMT é constituída pelos seguintes órgãos sociais e respetivas funções:

- Executiva do Conselho Intermunicipal;
- A deliberativa da Assembleia Intermunicipal,
- A gestora do Secretariado Executivo Intermunicipal;

- A consultiva do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.

A área geográfica a Comunidade abrange os 3.344,0 km<sup>2</sup> no centro de Portugal e integra os concelhos de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha, com um total de 247.330 habitantes (censos 2011).

#### **2.6.1. Caracterização das Bibliotecas Municipais**

A diferença no desenvolvimento das Bibliotecas que se situam na região da CIMT é notória.

Em dezembro de 2016 foi criado um grupo de trabalho entre os responsáveis pelas BP's com vista à criação de sincronias que pudessem beneficiar todos os elementos. Esta Rede de Bibliotecas Intermunicipal tem sido oficializada através de protocolos com as CIM's e a DGLAB, e está a alargar-se a todo o território nacional, como podemos ver em: <<http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/Bibliotecas/BibliotecasnaWeb/Paginas/default.aspx>> [Acedido em 01 de junho de 2018].

“As BPMT procuram desenvolver-se numa filosofia de Rede, através de parcerias com os diferentes agentes, nomeadamente municípios e escolas, como espaço agregador de recursos para o desenvolvimento da literacia digital, da informação e dos média, na formação de leitores críticos e na construção da cidadania. Este trabalho colaborativo tem em vista consolidar a organização da Rede de Bibliotecas do Médio Tejo, promover a sustentabilidade destes equipamentos e proporcionar uma atualidade e fiabilidade de conteúdos que sejam garante de usabilidade para a comunidade de utilizadores.” <<http://mediotejo.pt/index.php/areas-de-intervencao/turismo-e-cultura/116-pt/areas-de-intervencao/turismo-e-cultura/783-catalogos-rbpmt>> [Acedido em 01 de junho 2018].

O desenvolvimento de programas de apoio conjuntos e intermunicipais permite uma maior simetria entre as BP, colmatando as deficiências de apoio nestas áreas e chegar mais facilmente junto do decisor para a captação de meios. Coisas tão básicas quanto a disponibilização em linha do catálogo da biblioteca são facilitadas quando se apresenta a questão a uma estrutura intermunicipal, e atualmente as assimetrias vão-se esbatendo rapidamente, quer nos meios informáticos, quer nos meios de dinamização e atualização dos fundos documentais.

### **3. A Biblioteca Digital do Médio Tejo**

A Biblioteca Digital do Médio Tejo pretende agrupar interesses comuns a instituições congêneres de uma região, utilizando para isso as estruturas administrativas e legais que permitam o seu enquadramento e concretização, através dos meios tecnológicos que possibilitem a criação de uma rede de informação que beneficie o trabalho das organizações intervenientes e os públicos que servem.

Os meios tecnológicos permitem encurtar distâncias e suprimir barreiras através do trabalho e acesso em rede a uma plataforma comum. As organizações de cooperação entre entidades permitem poupar esforços de várias naturezas e unir interesses. Conjugando estes dois fatores, as instituições gestoras de informação podem concretizar projetos que de outra forma se tornariam financeiramente distantes.

#### **3.1. Missão**

A missão da Biblioteca Digital do Médio Tejo é promover o acesso à informação da região do Médio Tejo, recolhendo, tratando e difundido a informação produzida na e sobre a região.

#### **3.2. Visão**

A visão da Biblioteca Digital do Médio Tejo é ser o meio de acesso à informação sobre a região do Médio Tejo de referência para todo tipo de públicos.

#### **3.3. Objetivos**

Os objetivos da BDMT são:

- recolher, tratar e difundir a informação sobre a região do Médio Tejo;
- contribuir para a conservação e valorização dos fundos documentais e da herança cultural da região do Médio Tejo;
- promover o acesso ao conhecimento do património da região do Médio Tejo;
- constituir-se como um fundo documental em suporte eletrónico, propondo a conversão para formato digital dos documentos relativos à região do Médio Tejo (autores e/ou temáticas desta região);

### 3.4. Descrição e caracterização dos Fundos

A caracterização dos Fundos Locais das Bibliotecas da CIMT teve como ponto de partida o questionário exploratório que a seguir se apresenta, através do qual procuramos identificar de uma forma genérica os Recursos Humanos afetos às mesmas e a descrição do tipo de documentos, quantidade e tipo suporte. Os Recursos Humanos serão importantes para podermos incluir no projeto os técnicos que participaram na recolha e catalogação dos documentos que iremos trabalhar. Conhecer os tipos de suporte existentes é crucial para se poder planear a sua digitalização, a quantidade e as suas características (livros, periódicos, etc.) são aspetos igualmente importantes para o plano de digitalização.

Interessa-nos ainda conhecer se existem coleções locais, pois isso implica a criação de subcoleções, com interligações entre esses documentos.

Finalmente, queremos conhecer a utilização que é dada ao FL, seja na contabilização dos acessos, nas atividades dinamizadas com e a partir da informação que aí está alocada, e consequentemente, podemos tirar conclusões sobre a importância que é atribuída ao património local pela Biblioteca.

O Inquérito enviado para as BMCIMTT foi o que a seguir se apresenta. De igual forma enviamos para a DGLAB de forma a poder comparar as informações que pretendíamos com as que a entidade que supervisiona a RNBP possui ou recolhe.

Os dados a recolher foram os seguintes:

- Identificação da Biblioteca;
- Recursos Humanos;
- Número de Técnicos Superiores;
- Número de Assistentes Técnicos;
- Existência ou não do Fundo Local;
- Sobre as monografias: Número total de registos/títulos;
- Sobre as monografias: Número total de documentos/exemplares;
- Sobre os Periódicos: Número total de registos/títulos;
- Sobre os periódicos: Número total de documentos/exemplares;

- Número de DVD;
- Número de CD-ROM;
- Outros suportes;
- Se a Biblioteca tem sítio *web*;
- Se a Biblioteca tem catálogo *online*;
- Número de empréstimo de documentos do FL por ano;
- Número de empréstimos de documentos do FL no total da sua existência;
- Número de documentos do FL que ainda não estão tratados;
- Número de coleções integradas no FL;
- Número de registos e de títulos dessas coleções integradas no FL;
- Número de documentos e exemplares dessas coleções integradas no FL;
- Serviços prestados que incluam o FL por ano;
- Serviços prestados que incluam o FL no total;
- Se as Biblioteca possuem orçamento para aquisições destinadas ao FL;
- Valor das rubricas do orçamento atribuídas ao FL;
- Número de leitores inscrito;
- Total de visitantes em 2017;

A DGLAB devolveu-nos as seguintes respostas:

<b>Biblioteca</b>	Fundo Local - Títulos	Total de trabalhadores	AT c/formação BD	TS c/formação BD	AT s/formação BD	TS s/formação BD
Biblioteca Abrantes	2363	25	18	2	16	3
Biblioteca Alcanena	436	9	5	3	3	0
Biblioteca Constância	71	7	6	2	4	0
Biblioteca Ferreira do Zêzere	180	5	4	2	2	0
Biblioteca Municipal do Sardoal	260	7	3	1	2	0
Biblioteca Sertã	401	5	2	1	1	0
Biblioteca Tomar	n.d.	12	8	2	6	0

Biblioteca Torres Novas	308	15	7	2	5	6
Biblioteca Vila de Rei	156	5	1	1	0	2
Biblioteca Vila Nova da Barquinha	n.d.	3	2	1	1	0
Totais Médio Tejo	4175	93	56	17	40	11

Fonte: DGLAB

Legenda:

- TS - Técnico Superior;
- AT - Assistente Técnico;

Observações:

A DGLAB não possui dados sobre as 3 bibliotecas que não integravam a RNBP em 2017, a saber:

- Biblioteca Municipal do Entroncamento;
- Biblioteca Municipal de Mação;
- Biblioteca Municipal de Ourém;

Assim, concluímos que os dados recolhidos pela entidade responsável pelo supervisionamento da RNBP, 30 anos depois da sua criação, ainda não abrangem todos os Municípios do país. Por outro lado, as tipologias documentais do FL nas BP não são conhecidas pela DGLAB, pois o inquérito anual apenas distingue as tipologias para o total da coleção da BP.

Os responsáveis pelas BMCIMTT responderam às questões com os seguintes dados:

Biblioteca	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento
<b>Recursos Humanos</b>				
Téc. Superior	6	2	1	2
Assist. Técnico	16	4	4	2
<b>Fundo Local</b>				



Nº Total de registos/títulos	N/D	436	71	24649
Nº documentos /total de exemplares	297	N/R	145	29389
Monografias: nº total de registos/títulos	N/D	25416	N/R	23784
Monografias: nº total de documentos /exemplares	101	N/R	23045	28478
Periódicos: nº total de registos/títulos	N/D	317	12	13
Periódicos: nº total de documentos /exemplares	129	N/R	N/R	13
DVD	29	1575	3571	808
CD-ROM	N/R	2293	N/R	50
Outros	38	1012	N/R	40
Sítio <i>Web</i>	Sim	Sim	Sim	Sim
Catálogo <i>online</i>	Sim	Sim	Sim	Não
Nº empréstimos do FL/ano	N/D	N/R	N/R	3684
Nº empréstimos do FL/total	N/D	N/R	N/R	280
Nº documentos do FL não tratados	N/D	N/R	N/R	N/R
Nº coleções do FL	N/D	N/R	N/R	N/R
Nº registos /títulos de coleções do FL	N/D	N/R	N/R	N/R
Nº documentos /exemplares de coleções do FL	N/D	Sim	N/R	7
Serviços prestados que incluam o FL/ano	N/D	N/R	N/R	7
Serviços prestados que	N/D	N/R	N/R	N/R

incluam o FL/total				
Orçamento para aquisição do FL	Sim	Sim	Não	Sim
Valor da rubrica orçamental do FL	5.303,38€	5000,00€	N/A	3.500,00€
Nº de leitores inscritos	408	4031	3611	2123
Nº de visitantes em 2017	55410	5000	5165	2021

<b>Biblioteca</b>	<b>F. do Zêzere</b>	<b>Mação</b>	<b>Ourém</b>	<b>Sardoal</b>
<b>Recursos Humanos</b>	5		3	
Téc. Superior	2	N/R	1	N/R
Assist. Técnico	2	N/R	1	N/R
<b>Fundo Local</b>				
Nº Total de registos/títulos	N/R	N/R	N/R	N/R
Nº documentos /total de exemplares	180	N/R	392	N/R
Monografias: nº total de registos/títulos	N/R	N/R	N/R	N/R
Monografias: nº total de documentos /exemplares	N/R	N/R	26070	N/R
Periódicos: nº total de registos/títulos	N/R	N/R	N/R	N/R
Periódicos: nº total de documentos /exemplares	N/R	N/R	42	N/R
DVD	N/R	N/R	N/R	N/R
CD-ROM	N/R	N/R	453	N/R
Outros	N/R	N/R	N/R	N/R
Sítio Web	Sim	N/R	Sim	N/R
Catálogo online	Sim	N/R	Sim	N/R

Nº empréstimos do FL/ano	N/R	N/R	N/R	N/R
Nº empréstimos do FL/total	N/R	N/R	N/R	N/R
Nº documentos do FL não tratados	N/R	N/R	N/R	N/R
Nº coleções do FL	N/R	N/R	N/R	N/R
Nº registos /títulos de coleções do FL	N/R	N/R	N/R	N/R
Nº documentos /exemplares de coleções do FL	N/R	N/R	392	N/R
Serviços prestados que incluam o FL/ano	N/R	N/R	N/R	N/R
Serviços prestados que incluam o FL/total	N/R	N/R	N/R	N/R
Orçamento para aquisição do FL	N/R	N/R	N/R	N/R
Valor da rubrica orçamental do FL	N/R	N/R	Não	N/R
Nº de leitores inscritos	4007	N/R	4382	N/R
Nº de visitantes em 2017	18166	N/R	N/R	N/R

<b>Biblioteca</b>	<b>Sertã</b>	<b>Tomar</b>	<b>T. Novas</b>	<b>V. de Rei</b>	<b>V. N. da Barquinha</b>
<b>Recursos Humanos</b>	N/R	12	N/R	N/R	N/R
Téc. Superior	N/R	2	8	1	N/R
Assist. Técnico	N/R	6	5	3	N/R
<b>Fundo Local</b>	N/R	N/R	N/R	N/R	N/R
Nº Total de registos/títulos	N/R	N/R	677	156	N/R

Nº documentos /total de exemplares	N/R	658	N/D	156	N/R
Monografias: nº total de registos/títulos	N/R	N/R	70687	154	N/R
Monografias: nº total de documentos /exemplares	N/R	N/R	N/D	154	N/R
Periódicos: nº total de registos/títulos	N/R	N/R	894	0	N/R
Periódicos: nº total de documentos /exemplares	N/R	N/R	N/D	0	N/R
DVD	N/R	4640	3841	2	N/R
CD-ROM	N/R	249	290	0	N/R
Outros	N/R	2376	143	0	N/R
Sítio Web	N/R	Sim	Sim	Sim	N/R
Catálogo online	N/R	Sim	Sim	Sim	N/R
Nº empréstimos do FL/ano	N/R	N/R	N/D	17	N/R
Nº empréstimos do FL/total	N/R	N/R	N/D	17	N/R
Nº documentos do FL não tratados	N/R	N/R	0	0	N/R
Nº coleções do FL	N/R	N/R	N/D	0	N/R
Nº registos /títulos de coleções do FL	N/R	N/R	N/D	0	N/R
Nº documentos /exemplares de coleções do FL	N/R	N/R	N/D	0	N/R
Serviços prestados que incluíam o FL/ano	N/R	N/R	N/A	17	N/R
Serviços prestados que	N/R	N/R	N/A	17	N/R

incluam o FL/total					
Orçamento para aquisição do FL	N/R	Não	N/A	Não	N/R
Valor da rubrica orçamental do FL	N/R	N/R	N/A	0	N/R
Nº de leitores inscritos	N/R	17155	8867	1969	N/R
Nº de visitantes em 2017	N/R	N/R	154444	9849	N/R

Legenda:

- N/D – Informação não disponível
- N/A – Não aplicável
- N/R – Não respondeu

As BP de Mação, Sardoal e Sertã não responderam ao inquérito apesar das 4 tentativas em três meses. A BP de Vila Nova da Barquinha respondeu que se tornaram “Biblioteca-Arquivo Templário de Vila Nova da Barquinha” e por estarem numa fase de transição não se encontram em condições de responder ao inquérito.

A BP de Ferreira do Zêzere enviou-nos o questionário enviado anualmente às BP pela DGLAB, para que daí retirássemos os dados que nos interessam, pelo que não foi possível obter alguns dos dados que pretendíamos.

Assim, os dados totais das BMCIMT são os seguintes:

<b>Recursos Humanos</b>	
Técnicos Superior	25
Assistentes Técnicos	43
<b>Fundo Local</b>	
Nº Total de registos/títulos	25989
Nº documentos /total de exemplares	31217
Monografias: nº total de registos/títulos	120041

Monografias: nº total de documentos /exemplares	77848
Periódicos: nº total de registos/títulos	1236
Periódicos: nº total de documentos /exemplares	184
DVD	12466
CD-ROM	3635
Outros	3609
Sítio <i>Web</i>	8
Catálogo <i>online</i>	8
Nº empréstimos do FL/ano	3701
Nº empréstimos do FL/total	970545
Nº documentos do FL não tratados	280
Nº coleções do FL	0
Nº registos /títulos de coleções do FL	0
Nº documentos /exemplares de coleções do FL	392
Serviços prestados que incluam o FL/ano	24
Serviços prestados que incluam o FL/total	24
Orçamento para aquisição do FL	3
Valor da rubrica orçamental do FL	33803,38€
Nº de leitores inscritos	46553
Nº de visitantes em 2017	250055

As assimetrias entre os vários equipamentos, BP, são evidentes logo na disponibilização de um catálogo online, pois das 13 apenas 8 possuem. Apenas 3 têm orçamento dedicado ao desenvolvimento do FL.

Já o impacto que estes equipamentos culturais têm na comunidade em que se inserem é significativo. Foram registadas 25989 entradas, para um total populacional de 247 330, ou seja, 10,5%, da população total, sendo que 6 territórios/equipamentos não estão contabilizados.

Por conseguinte teremos de atender apenas aos territórios dos municípios com dados disponíveis e aí a percentagem da abrangência destes equipamentos passa para 20,5% da

população total, conforme os dados populacionais da própria DGLAB para esta CIMT e o conjunto de BP, em: <[http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/noticias/PublishingImages/Apresentacao\\_1ERIBP\\_CIMMedioTejo.pdf](http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/noticias/PublishingImages/Apresentacao_1ERIBP_CIMMedioTejo.pdf)> [Acedido em 19 de dezembro de 2018].

De salientar que na análise destes dados obtidos através do questionário, para além das ausências de informação, encontramos também dados pouco credíveis em vários aspetos. A BP de Alcanena regista 25416 monografias no FL e 317 títulos de jornais, o que é manifestamente pouco provável. A BP de Ourém responde que possui 26070 monografias no FL, mas o número total de documentos do FL são 392.

Sobre os dados sobre os documentos que compõem o FL, e considerando apenas a informação disponível, o Projeto da BDMT teria de iniciar com **25 989 documentos** para analisar a passagem para o suporte digital.

Não podemos deixar de registar que, dos dados obtidos junto das BP da CIMT, muito trabalho há a fazer no desenvolvimento dos FL, pelo que o presente projeto exige um trabalho junto de cada BP para desenvolver esta área da coleção das Bibliotecas.

### 3.5. Seleção da informação

A BDMT centra-se na preservação e difusão da informação sobre a região do Médio Tejo, baseando-se no conceito do Fundo Local e nas Bibliotecas Públicas, pelo que a sua Política de criação, manutenção e desenvolvimento seguem os princípios do Fundo Local já abordados. Assim, além de se considerar o Fundo Local já existente nas BP do Médio Tejo há que prever o seu desenvolvimento, nomeadamente considerando informação até agora não incluída nos FL, seja quais forem as razões. Referimo-nos a todo material cartográfico, fotográfico, postais, jornais locais, cartazes, som, vídeo, etc. os quais não são incluídos no FL por dificuldades de recolha, tratamento e manutenção, e constituem uma fonte inesgotável de informação local.

O Fundo Local pelas razões já apresentadas é o nosso foco, sem deixar de considerar o desenvolvimento, pois os dados recolhidos confirmam a nossa perceção de baixo investimento das BP neste tipo de coleções.

Por outro lado, a ausência de informação sobre o número de páginas, tipologias documentais, estado de conservação, raridade e antiguidade dos documentos pertencentes aos FL das BMCIMT torna este projeto num campo de exploração no terreno das potencialidades de uma região onde o património cultural está por descobrir. Isso contribui para a sua importância quer local quer a nível nacional.

Do mesmo modo, podemos vir a considerar outros equipamentos para integrar a BDMT, como sejam, a Biblioteca do Instituto Politécnico de Tomar, os Arquivos Municipais já existentes e outra documentação que seja encontrada nas coleções museológicas da região.

Segundo Cardoso (2010, pp. 4) “o quotidiano e a actividade local devem estar bem representados na colecção através dos suportes mais antigos como vídeo, cassete áudio, diapositivos ou microfilmes, mas dedicando crescente atenção aos novos formatos digitais que poderão, inclusivamente, servir para salvaguardar documentos cuja degradação é acelerada, como é o caso das fitas magnéticas das cassetes vídeo e áudio. Nesta colecção impõe-se a presença de documentários sobre a vida e história local, as gravações dos músicos e grupos da terra, conferências e cerimónias aí realizadas, etc.”

### **3.6.Plano de Preservação da Informação Digital**

As Recomendações para a produção de Planos de Preservação Digital (V2.1 –2011-11-25, pp.8) define “A preservação digital, considerada no contexto deste documento, assume três vetores: 1.Conjunto de atividades desenvolvidas com o fim de aumentar a vida útil da informação de arquivo (iARQ), salvaguardando a utilização operacional e protegendo-os das falhas de suportes, perda física e obsolescência tecnológica; 2. Conjunto de atividades que promovem a acessibilidade continuada aos conteúdos; 3.Conjunto de atividades que assistem na preservação do conteúdo intelectual, forma, estilo, aparência e funcionalidade.”

Assim, o desenvolvimento de um Plano de Preservação da BDMT terá de considerar os seguintes documentos:

- *Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes do Conselho Nacional de Arquivos brasileiro - CONARQ (2010);*



- a *Recomendação da Comissão Europeia (24 de agosto de 2006)* sobre a digitalização e a acessibilidade em linha de material cultural e a preservação digital;
- *Recomendação da Comissão Europeia (27 de outubro de 2011)* sobre o mesmo tema;
- *Guidelines Technical Guidelines for Digitizing Archival Materials for Electronic Access: Creation of Production Master Files - Raster Images – NARA (2004)*;
- *National Information Standards Organization – A Framework of Guidance for Building Good Digital Collections. NISO (2007)* e, em especial, as:
- *Guidelines for Planning the Digitization of Rare Book and Manuscript Collections - IFLA (setembro, 2014)*.

As Recomendações para a produção de um plano de preservação DGARQ, pp. 8 determinam que “Um Plano de Preservação Digital: 1. É um documento estratégico que contém políticas e procedimentos orientados para a constituição de uma estrutura técnica e organizacional que permita preservar de forma continuada documentos de arquivo eletrónicos (DAE) através de ações realizadas sobre os objetos digitais (OD) que os compõem.”

Ainda segundo o mesmo documento, o Plano de Preservação deve assegurar, além da manutenção dos documentos, a sua integridade e autenticidade, bem como a sua leitura e acessibilidade.

O grande objetivo da preservação digital é combater a “amnesia digital”, como lhe chama a IFLA, no seu *Preserving cultural heritage*, (p. 8), e defende algumas medidas essenciais, tais como:

- Usar software não proprietário, sempre que possível, pelo menos no que respeita aos ficheiros de arquivo;
- Arquivar as imagens de arquivo com a máxima qualidade possível;
- Preservar os documentos no seu suporte original nas melhores condições possíveis;
- Manter os ficheiros de acesso disponível na internet;

Xie e Matusiak (2016, p. 255) classifica a preservação digital como uma área emergente que tem de acompanhar o ciclo da informação, desde a sua criação até ao seu

armazenamento em arquivos com os de preservação da herança cultural. Entendem ainda os mesmos autores que a preservação digital é parte da curadoria digital, ou seja, requer a manutenção, a preservação e o acrescentar valor à pesquisa de informação durante todo o ciclo de vida dessa informação.

Assim, a preservação digital assenta em:

1. Tecnologia;
2. Recursos;
3. Organização;

A nível temporal existem três níveis de preservação: a curto prazo, medio e longo prazo. Pretende-se que os objetos digitais mantenham a autenticidade, a proveniência, as descrições e a inter-relação com que foram criados, pois neste campo existem dois tipos de perdas: perda do ficheiro em si e a perda do acesso ao ficheiro.

A estratégia de preservação que pretendemos, conforme Xie e Matusiak (2016, p. 265 e 266), inclui:

- Manter a integridade dos objetos digitais, impedindo a sua alteração ou corrupção;
- Proteger os ficheiros das falhas de meios de acesso, perda física e da obsolescência tecnológica;
- Assegurar que a descrição semântica do objeto digital permanece única e que continua a identificar a informação que eles contêm;
- Manter o significado semântico dos objetos e a sua relação entre outros objetos e coleções;
- Manter o processo de proveniência e de curadoria da documentação;
- Fornecendo a informação sobre o contexto de criação e utilização desses objetos digitais;

Como estratégia de preservação adotaremos os seguintes processos:

- *Bitstream copying*: Efetuar várias cópias dos objetos digitais criados;
- *Refreshing*: Efetuar cópias dos objetos digitais criados para suportes mais atualizados sem perder nenhuma das suas características iniciais;

- Migração: Efetuar cópias dos objetos digitais, para outros suportes (hardware) e outros programas (software), sempre que forem detetadas mais-valias na atualização dos suportes, assegurando as características essenciais dos objetos digitais quando criados a partir dos originais;
- Normalização: Utilizar formatos digitalização *standard* para mitigar os efeitos de migração dos formatos dos ficheiros digitais;

A nível operacional tomar-se-ão as seguintes medidas:

- Criação e armazenamento em locais geograficamente diferentes de três cópias dos ficheiros originais de máxima qualidade;
- Criação de uma tabela temporal de verificação da integridade de cada ficheiro;
- Armazenamento das cópias de disponibilização aos utilizadores em diferentes locais das cópias originais dos ficheiros criados;
- Armazenamento da informação identificativa e representativa junto dos ficheiros criados;
- Armazenar os ficheiros em dois formatos diferentes;
- Criação de um inventário de toda a coleção digital;
- Efetuar a migração dos ficheiros digitais dos seus suportes em intervalos de tempo regulares (3 a 5 anos);
- Verificação anual da integridade e operacionalidade de cada ficheiro digital.

Tal como o RODA que é um repositório digital capaz de incorporar, preservar e dar acesso a todo o tipo de material digital produzido por grandes organizações públicas ou privadas, a BDMT também deve ter funcionalidades do modelo de referência OAIS (*Open Archival Information System*), permitindo que a informação incorporada permaneça acessível e autêntica ao longo do tempo. Para isso deverá ser capaz de detetar riscos de obsolescência e reportá-los, para que sejam encontradas soluções.

Saramago (2004) propõe ultrapassar os “altos custos” da preservação através de parcerias entre as várias entidades que se deparam com este problema, e é nesse pressuposto que assenta o projeto da BDMT.

### 3.6. Métodos e processo de digitalização

A digitalização consiste no processo de transformação de um documento em suporte analógico, ou seja, de papel, ou outro, e passá-lo para o suporte digital, com vários objetivos, como por exemplo, o de melhorar a sua preservação e o seu acesso. Tecnicamente trata-se de transformar a informação em código binário que possa ser lida pelo computador.

Os formatos recomendados para os ficheiros digitalizados são os seguintes, segundo Xie e Matuxiak (2016, p. 71):

Material Analógico	Ficheiros de arquivo	Ficheiros de acesso
Texto	<i>TIFF</i>	JPEG, PDF
Imagens fotográficas (impressas, negativos, slides)	<i>TIFF</i>	JPEG, JPEG 2000
Gravações áudio	WAV/BWF	MP3
Imagens em movimento (filmes e vídeos)	JPEG 200/MXF	MPEG-4 (MP4)

Assim, a digitalização implica a disponibilização em cada posto de trabalho de um PC (com processador Intel Pentium ou similar, memória RAM superior ao normal, grande capacidade de armazenamento no disco duro e ligação ao servidor central. Ligado a este é essencial ter um scâner de tamanho A3 e com a resolução em níveis tecnologicamente o mais avançados possível.

Os vários tipos de documentos exigem que se possa usar as várias técnicas no processo de digitalização, preto e branco, escalas de cinzento ou cor. (*Digitalization projects guidelines*, pp. 18)

Os documentos digitalizados são armazenados em formatos *JPEG* para cor e *TIFF* e *PDF* para texto.

Costuma usar-se a técnica *imaging* que consiste em transformar o documento num *bitmap* (mapa de pontos) que para facilitar a visualização usa-se o formato *TIFF* (*Tagged Image File Format* ou Formato de Arquivo de Imagens com Etiquetas).

A *NARA Guidelines for Digitizing Archival Materials for Electronic Access* (p. 1) define as especificações que os documentos digitais devem ter, distinguindo os de disponibilização e acesso do público dos de conservação, o “*master files*”. Este Projeto NARA (2004) prevê para o redimensionamento das imagens disponibilizadas ao público, pelo que deve ser usada a interpolação bicúbica, para que se obtenham resultados de alta qualidade.

Para que a nitidez das imagens redimensionadas não seja comprometida, deve ser usado um algoritmo de filtro de nitidez. A afinação desse filtro deve permitir uma amplitude de 100 a 200%, um raio de 1 a 2 *pixel* e um limiar de 2 a 8 níveis, dependendo do scanner e do material a ser digitalizado.

Os ajustamentos de tonalidades e cores devem ser efetuados no ficheiro de armazenamento, no qual os ajustamentos de brilho, contraste e equilíbrio de cores deve ser evitado.

Para ficheiros de 8 *bit* deve ser usada uma paleta de 256 cores.

Os procedimentos de garantia de qualidade incluem relatórios de inspeções de qualidade das imagens produzidas no processo de digitalização, além de seguir os parâmetros definidos no plano inicial.

Essas inspeções devem avaliar a qualidade das imagens, a integridade do nome do ficheiro, a informação do cabeçalho do ficheiro, a acuidade dos dados de rastreamento e o lote antes da aceitação, já que o projeto prevê que pelo menos 10% das imagens, em especial das imagens de maior dimensão, sejam inspecionadas sobre os seguintes aspetos:

- imagem não é o tamanho correto;
- imagem não é a resolução correta;
- formato de arquivo incorreto;
- modo incorreto, a imagem colorida é em tons de cinza;
- profundidade de *bit* incorreta;
- perda de detalhes nos realces ou sombras;
- valores de tons irregulares ou *flare*;
- em geral muito leve ou muito escuro;
- no geral contraste muito baixo ou muito alto;

- padrões de interferência (anéis de Newton);
- falta de nitidez;
- nitidez excessiva, incluindo aparência não natural e halos em torno das bordas escuras;
- orientação incorreta da imagem, como para trás, para cima, para baixo, laterais, etc.;
- ruído excessivo, geralmente perceptível nas partes mais escuras da imagem;
- desalinhamento de canais de cores em imagens *RGB* (*RED*, *GREEN* and *BLUE*);
- imagens incompletas ou recortadas;
- área fronteira excessivamente grande;
- imagem não centralizada ou inclinada;
- linhas de varredura ausentes ou *pixels* removidos;
- processamento de imagens e artefactos de scanner, como linhas externas, ruído, faixas etc.;
- pontilhado em arquivos mestres ou com pontilhado de baixa qualidade em arquivos de acesso ou miniaturas;
- interpolação de baixa qualidade em arquivos de acesso pequenos e arquivos de miniaturas;
- cor geral e balanço de cores impreciso;
- nome de arquivo impróprio;
- informações de cabeçalho incompletas ou incorretas;

O projeto NARA (2004) proíbe a utilização de métodos de digitalização automáticos, impõe que a digitalização se faça sobre superfícies onde assente todo o documento e que estas superfícies não causem nenhum tipo de fricção com os materiais a ser digitalizados. Não podem ainda ser colado nada aos documentos, nem os submeter a temperaturas altas ou luz ultravioleta. Reservando-se o direito de poder verificar todo o equipamento a ser usado durante o processo.

Mais recentemente, Xie e Matusiak (2016, p. 82) recomendam as seguintes resoluções para os documentos textuais, partindo das mais recentes recomendações da *American Library Association*:

Documentos originais	Resolução de digitalização	Densidade de <i>bit</i>	Modo de captura	Notas
Livros e outros documentos sem imagens	300 ppi	8 <i>bit</i>	Escala de cinzento	A resolução pode ser ajustada de acordo com o detalhe a ser representado
Livros e outros textos com imagens	400ppi	8 ou 24 <i>bit</i>	Escala de cinzento e cor	A resolução pode ser ajustada de acordo com o detalhe a ser representado. A captura de cor em 24 <i>bit RGB</i> (sistemas de cores) é recomendada
Livros raros	400ppi	24 <i>bit</i>	Cor	O aumento da resolução pode ser necessário para formatos menos estandardizados
Manuscritos	400ppi	24 <i>bit</i>	Cor	O aumento da resolução pode ser necessário para documentos de leitura difícil

As características dos documentos, como por exemplo os textos manuscritos ou em mau estado de conservação, podem exigir maior resolução no sistema de digitalização. A importância cultural do documento e a sua preservação pode requerer também uma maior resolução na imagem de forma a assegurar maior autenticidade no documento gerado a partir daí.

Por si só, a captura de imagens não irá permitir a pesquisa da informação nesses documentos digitais, pelo que é necessário aplicar um software OCR. O sistema

OCR/IWR (Reconhecimento Ótico de Carateres/Reconhecimento inteligente de palavra) ainda não funciona para manuscritos, mantendo-se numa fase experimental. O sistema OCR é usado por *software* proprietários, como o ABBYY Finereader ou o Adobe Acrobat, pelo que podemos optar por um sistema não proprietário como o Tesseract, mas apenas para texto sem imagens, sem fórmulas e só com uma coluna de texto.

O funcionamento destes *softwares* de reconhecimento do texto depende muito do contraste das imagens capturadas, das fontes utilizadas e da língua do próprio texto.

Para as imagens fotográficas os mínimos recomendados por Xie e Matusiak (2016, p. 84) são:

Dimensões originais	Resolução do Scanner	Profundidade <i>Bit</i>	Modo de captura	Dimensões espaciais
Fotografias impressas				
20,32cm X 25,40cm	400 <i>dpi</i>	8 ou 24 <i>bit</i>	Escala de cinzento ou cor	3200X4000 <i>pixel</i>
12,70 cm X 17,78 cm	625 <i>dpi</i>	8 ou 24 <i>bit</i>	Escala de cinzento ou cor	3125X4375 <i>pixel</i>
10,16cm X 12,70cm	800 <i>dpi</i>	8 ou 24 <i>bit</i>	Escala de cinzento ou cor	3200X4000 <i>pixel</i>
10,16 cm X 6,34cm	1200 <i>dpi</i>	8 ou 24 <i>bit</i>	Escala de cinzento ou cor	4800X3000 <i>pixel</i>
Negativos de filmes e <i>slides</i>				
20,32cm X 25,40cm	800 <i>dpi</i>	8 ou 24 <i>bit</i>	Escala de cinzento ou cor	6400x8000 <i>pixel</i>
10,16cm X 12,70cm	1200 <i>dpi</i>	8 ou 24 <i>bit</i>	Escala de cinzento ou cor	4800x6000 <i>pixel</i>



35 mm negativo de filme ou slide	4000 <i>dpi</i>	8 ou 24 <i>bit</i>	Escala de cinzento ou cor	5480 <i>pixel</i> na margem mais longa
--	-----------------	--------------------	---------------------------------	--

Tal como nas recomendações mínimas para a digitalização de documentos da *Association for library collections and Technical Services*, também Xie e Matusiak (2016, p. 84) salientam que podem ser usados outras densidades de *bit*, como 16 *bit* para escalas de cinzento e 48 *bit* para cor, em casos que requeiram maior definição das imagens.

O ficheiro de arquivo destes documentos digitais é *TIFF*, por ser o formato padrão de arquivo de imagens em 32 *bit*.

Os documentos a ser digitalizados devem ser agrupados de forma que não seja necessário estar a alterar as especificações da resolução de captura a cada documento.

O OCR (Optical Character Recognition ou Reconhecimento ótico de caracteres ROC) consegue reconhecer mais de 90% do que foi escrito. Um documento que tenha muito boa qualidade, ao correr o OCR, pode gerar um ficheiro que pode ser editado diretamente num processador de texto. A digitalização de documentos, para ser feito o OCR, são habitualmente feitas a 300 *dpi* em vez dos 200 *dpi* habituais dos outros documentos. Com as especificações de digitalização definidas para este projeto, a implementação deste sistema permitirá aos arquivos serem pesquisáveis e editáveis.

Por outro lado, o OCR permite a leitura através de sistemas de voz, o que é importante para a constituição da BDMT que pretendemos, ou seja, com condições para todo tipo de utilizadores e personalizações tecnologicamente possíveis.

### **3.7. Organização da informação**

A informação de descrição da informação (metadados) é a base da construção das bibliotecas. Essa informação descritiva ou identificativa é crucial para a recuperação da informação pesquisada, pelo que é essencial que seja de qualidade.

“Vulgarmente definidos como sendo "os dados sobre os dados", os metadados são informação estruturada que permite descrever objetos digitais com o objetivo de os

identificar, pesquisar, recuperar e preservar.” In <<http://coleccoes-digitais.wikidot.com/documentos-de-apoio-metadados>> [Acedido em 21 de junho de 2019].

A definição de metadados pela NISO, p. 1, citada por Xie e Matusiak (2016, p. 129), é apresentada como “*strured information that describes, explains, locates, or otherwise makes it easier to retrieve, use, or manage an information resource*”, ou seja, compreendem-se os metadados como informação descritiva de todos os aspetos possíveis de caraterizar o objeto de análise.

Segundo Xie e Matusiak (2016, p. 131), os diferentes tipos de metadados desempenham diferentes funções na descrição da informação. Assim o projeto PREMIS, da Biblioteca do Congresso, propõe os seguintes tipos de metadados:

- Metadados administrativos que correspondem à informação sobre a gestão dos recursos de informação da organização a que pertence, à sua criação e disseminação, entre outras informações úteis como os direitos de autor;
- Metadados descritivos que fornecem informação sobre o objeto digital que identificam o seu conteúdo e que permitem a sua recuperação e a preservação;
- Metadados técnicos que fornecem informação sobre as funções do sistema e a informação dos comportamentos dos objetos digitais, sendo por isso mais importantes em objetos digitais com vários ficheiros incluídos;

O esquema de metadados mais utilizado em bibliotecas, arquivos e museus é o *Dublin Core Metadata Element Set* (DCMES) que pode ser customizado de forma a adaptar-se às necessidades dos utilizadores. Os 15 elementos de descrição propostos pelo *Dublin Core* v. 1.1. são:

- **Nome** - A etiqueta atribuída ao objeto digital;
- **Criador** - A entidade responsável pelo objeto digital;
- **Assunto** - Descritor ou palavras-chave que descrevem o conteúdo do objeto digital;
- **Identificador** - O identificador único atribuído ao objeto digital;
- **Autoridade de Registo** - A entidade autorizada a registar o objeto digital;
- **Descrição** - Relato em texto livre do conteúdo;

- **Língua** - A linguagem na qual o objeto digital é definido;
- **Data** - O período de tempo a que corresponde a criação do objeto digital;
- **Cobertura** - Indica o espaço e o tempo que dizem respeito ao objeto digital;
- **Editor** - Entidade, pessoa ou serviço responsável pela publicação;
- **Formato** - O tipo de ficheiro do objeto digital;
- **Tipo** - Tipo de objeto digital;
- **Fonte** - O objeto digital pode ter derivado de outro, em parte ou no seu todo;
- **Direitos** - Referência à posse dos direitos de autor sobre o objeto digital;
- **Relação** - Outros objetos digitais relacionados com o que está a ser descrito;

A estes elementos propomos acrescentar o **Local** por ser este elemento distintivo que marca e atribui muita da importância que determinado objeto pode ter para a comunidade, distinguindo-o de outros e, juntamente com a **Data**, determinar o assunto do objeto digital, nomeadamente de postais, cartazes, fotografias, etc. que têm denominações idênticas noutras regiões/lugares, mas que se diferenciam pelo local e data a que respeitam.

A implementação deste esquema de descrição da informação deve ser feita tendo em conta possíveis adaptações, alterações ou acrescentos, sempre que isso contribua para a melhoria da qualidade da informação disponibilizada. Cada elemento de descrição pode ser repetido sem restrições.

As informações acrescentadas ou identificadas pelos utilizadores devem sempre ser validadas pelo responsável pela BP da área administrativa/municipal a que corresponde o conteúdo do objeto digital.

Porque a qualidade da informação exige a normalização da linguagem usada, propomos que os termos a ser inseridos correspondam à *Lista de Cabeçalhos de Assunto para as Bibliotecas*, de Françoise Danset e Martine Blanc-Montmayeur, por ser utilizado na descrição dos conteúdos pelas BP's desta CIM.

A região entendida como um espaço geográfico habitado cria necessariamente regionalismos que são específicos desse espaço geográfico e humano, os quais, sem a devida contextualização, perdem muito do seu valor ou incorrem em erro de significado.

Assim, propomos a criação de um *Thesaurus* próprio da BDMT, com vista a padronizar a forma de referência a espaços, geográficos e temporais, locais, eventos, etc., a servir de apoio à utilização da *Lista de Cabeçalhos de Assunto para as Bibliotecas*, de Françoise Danset e Martine Blanc-Montmayeur.

Os requisitos de organização semântica das unidades são as seguintes, conforme a *PREMIS Editorial Committee* (2012, p. 6):

- Entidade intelectual;
- Descrição do objeto digital;
- Agente: direitos de autor ou eventos associados ao objeto digital;
- Direitos;

A nível semântico, a PREMIS, citada por Xie e Matusiak (2016, p. 272), propõe o seguinte modelo:

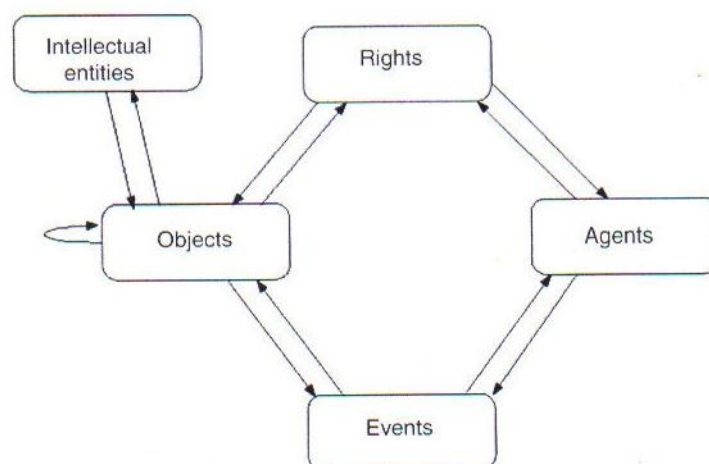


FIGURE 9.3 The PREMIS Data Model (PREMIS Editorial Committee, 2012)

Com esta parametrização de descrição de dados, a vigilância e concertação de esforços entre os técnicos, será garantida a qualidade da informação disponibilizada aos utilizadores, sendo que, a contribuição destes para esse trabalho de identificação da informação é muitas vezes crucial, como se tem visto noutros exemplos (Memórias do Ródão e Memórias de Figueiró dos Vinhos, *e.g.*).

Segundo a PREMIS o modelo da descrição da informação e as relações entre si podem representar-se da seguinte forma:

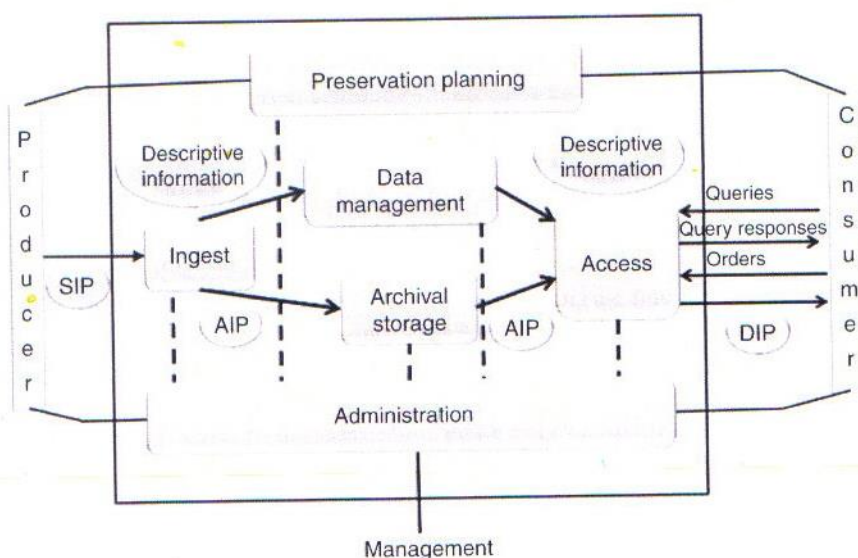


FIGURE 9.2 OAIS Functional Entities (CCSDS, 2012)

Xie e Matusiak (2016, p. 271). Este modelo proposto pela PREMIS não especifica a forma como a informação deve ser descrita, apenas as várias etapas que um sistema deve conter para poder responder às necessidades de outros sistemas correspondentes.

Entre os *softwares* de preservação dos repositórios digitais mais utilizados (DSpace, EPrints e Fedora), sendo o Fedora o que tem mais soluções entre os *softwares* livres.

O modelo de BDMT deve seguir a norma ISO 16363 – *Audit and Certification of Trustworthy Digital Repositories*, pois, sendo a norma de certificação dos repositórios digitais, permite criar um clima de confiança e transparência entre os produtores, operadores, administradores e utilizadores da informação.

No que diz respeito ao conceito *web 3.0*, ou *web* semântica, os dados interligados entre si representam a constituição de uma rede global através de relações semânticas não só compreendidas pelos seres humanos, mas também pelas máquinas. O sistema *RDF* (*Resource Description Framework*) estabelece um modelo de representação da informação interligada através da *web*. Assim, a informação é armazenada em local separado da informação de descrição, ou metadados, permitindo assim maior flexibilidade na pesquisa e partilha da informação.

Xie e Matusiak (2016, p. 161) defendem que o URI (*Uniform Resource Identifiers*) torna a pesquisa e recuperação da informação mais forte no universo da informação interligada, pois identifica o nome e/ou a localização de um ficheiro ou fonte de informação num formato uniforme, o que a permite identificar de forma clara. Muitas vezes esta informação tem uma localização criada localmente com termos controlados.

Os LODLAM (*Linked Open Data in Libraries, Archives and Museums*) são redes informais de dados interligados entre Bibliotecas, Arquivos e Museus, que permitem a troca de informação sem restrições de direitos de autor. É com base nestas redes que se tem criado os LOD (*Linked Open Data*) com os quais se têm construído os projetos colaborativos de património cultural comunitário, tais como a *Europeana* e a *Digital Public Library of America*.

A associação de serviços de tratamento semântico da informação, nomeadamente a constituição de coleções de vários tipos, associadas à missão da BD, são a garantia da qualidade que a distingue dos repositórios. Assim, o trabalho da BD está muito para além do processo técnicos de digitalização e armazenamento do fundo documental.

### **3.8. Requisitos e estrutura do acesso à Biblioteca Digital**

O sistema de gestão da BD distingue-se dos sistemas de gestão de conteúdos devido aos requisitos de interoperacionalidade e organização da informação. Os chamados DLMS (*Digital Library Management Systems*) agregam informação digital e os metadados dessa informação.

O Manifesto de DELOS ou *Digital Library Manifesto* (2011, p. 5 e 6) distingue, dentro do universo das BD, as próprias BD (DL – *Digital Libraries*), os Sistemas de Bibliotecas Digitais (DLS – *Digital Library System*) e os Sistemas de Gestão de Bibliotecas Digitais (DLMS – *Digital Library Management System*).

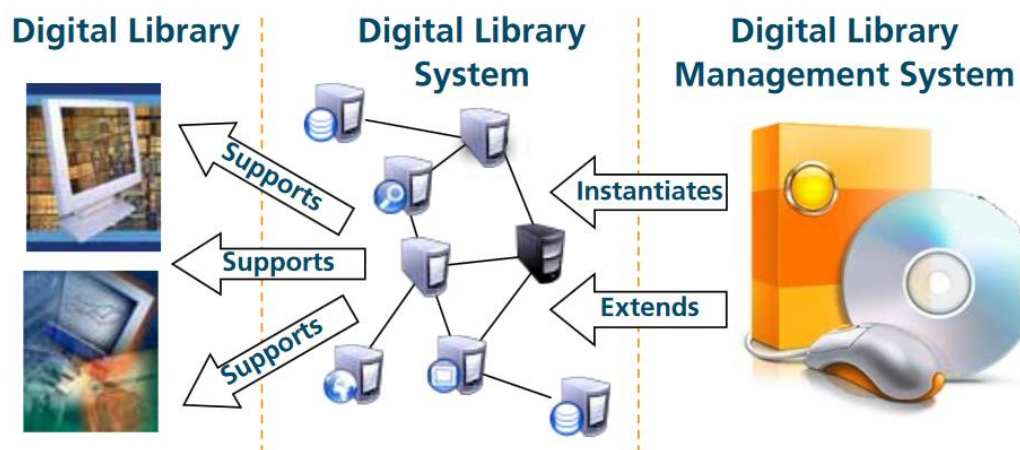
Refere-se às primeiras, DL, como “Uma organização potencialmente virtual, que coleta, gere e preserva de forma abrangente o conteúdo digital rico a longo prazo, oferecendo às comunidades de utilizadores-alvo funcionalidades especializadas nesse conteúdo, de qualidade definida e de acordo com políticas codificadas abrangentes.” (tradução do autor).

Define os segundos, DLS, como “Um sistema de software implantado apoiado por uma arquitetura possivelmente distribuída, fornecendo todas as facilidades requeridas por uma Biblioteca Digital específica. Os utilizadores interagem com uma Biblioteca Digital por meio do Sistema de Biblioteca Digital correspondente” (tradução do autor).

Explica os terceiros, DLMS, como “Um sistema de software genérico que fornece a infraestrutura de software apropriada para produzir e administrar um Sistema de Biblioteca Digital, incorporando o conjunto de instalações consideradas fundamentais para Bibliotecas Digitais e para integrar software adicional que ofereça instalações mais refinadas, especializadas ou avançadas.” (tradução do autor).

Assim, a BD é uma organização que assenta num conjunto do Sistema de BD, que inclui a interligação entre as várias partes (utilizadores, coleções e objetos digitais), e é gerida por um Sistema de Gestão que estrutura todas as relações entre as várias componentes da BD.

Estes três componentes são apresentados como tendo papéis distintos dentro da organização, os quais se representam na seguinte imagem:



*Digital Library Manifesto* (2011, p.5).

Ainda neste documento, a BD é entendida como uma organização que não pode ser confundida com a organização que suporta a BD, e que compreende:

- O conteúdo: a informação a ser disponibilizada aos utilizadores;



- O utilizador: que pode ser humano ou máquina que interaja com a BD, seja para consumir informação, seja para a usar e gerar nova informação;
- As funcionalidades: incluem os serviços disponibilizados pela BD, tendo em consideração as necessidades dos seus utilizadores, cujos serviços básicos incluem o registo de nova informação, a pesquisa e a navegação;
- A política: define as regras, as condições e os termos e regulamentos de gestão de cada um dos aspetos dos serviços prestados pela BD, incluindo as permissões dos utilizadores, os direitos de gestão dos objetos digitais, a privacidade e confidencialidade, os custos para o utilizador e a formação sobre a coleção;
- A qualidade: está relacionada com todos os parâmetros que podem ser usados para avaliar e caracterizar a BD em todos os aspetos mencionados – conteúdo, utilizadores, funcionalidades e política – a que se acrescenta ainda a arquitetura;
- A arquitetura: representa o desenho de todos os serviços da BD assentes nos componentes de *hardware* e *software*, num sistema de informação complexo que tem de incluir a interoperabilidade de todo o sistema com outros.

A interoperabilidade visa permitir a troca de informação entre BD independentes, sendo que não existe apenas um *software* de gestão de sistemas BD, e providenciar serviços para mais facilmente se pesquisar e interagir com os recursos através das redes digitais, segundo Xie e Matusiak (2016, p. 172) que citam outros autores.

As funções centrais de um sistema de gestão de BD consideradas por Xie e Matusiak (2016, p. 176) são as seguintes:

- Criação de objetos digitais e coleções, o que inclui a alimentação e/ou o processamento de objetos nascidos digitais e digitalizados associados a registos de metadados, bem como a criação de coleções baseadas em objetos com critérios predefinidos;
- A gestão, que inclui adicionar, modificar e apagar objetos digitais, bem como toda a configuração de permissões e gestão de utilizadores;
- O acesso, onde se inclui a indexação, a pesquisa, a navegação e os serviços de recolha e apresentação dos objetos e das coleções através da interface e das ferramentas de interação com o utilizador;



- A preservação, que inclui os serviços de armazenamento e gestão dos objetos e dos ficheiros *master* de arquivo;

Ainda segundo Xie e Matusiak (2016, p. 181), as funções chave de um DLMS centram-se na criação de conteúdos, na gestão e acesso dos utilizadores. Este deve suportar tarefas complexas, uma vez que terá dois grandes grupos de utilizadores: os alimentadores de conteúdos, configuradores e administradores, por um lado, e os utilizadores da BD, por outro, sendo que as atividades realizadas por cada um será diferente.

A interface da BD deve facilitar a relação entre os utilizadores e a BD. Dentro dos utilizadores temos de considerar, segundo Xie e Matusiak (2016, p. 205):

- Os criadores dos ficheiros/objetos de informação;
- Os indexadores que constroem os metadados e facilitam a pesquisa e recuperação da informação contida nos ficheiros/objetos digitais;
- Os designers que criam as interfaces de mediação entre os utilizadores e o sistema;
- Os designers de motores de pesquisa e algoritmos para facilitar a recuperação efetiva da informação por parte dos utilizadores;
- Os supervisores que garantem a viabilidade para a coleção da informação contida nos ficheiros;
- Os pesquisadores de informação;
- Os vários domínios com os vários grupos de utilizadores dentro dos diferentes contextos organizacionais, sociais e culturais.

Os princípios aplicáveis à interface de uma BD devem ser considerados tendo em conta a coleção e os utilizadores.

Segundo Caldeira (2003, p 20) “em bibliotecas digitais os utilizadores podem:

- a) registar-se como utilizadores;
- b) aceder à(s) base(s) de dados existentes na biblioteca digital;
- c) pesquisar nessa(s) base(s) de dados;
- d) visualizar, escolher, requisitar, imprimir e/ou adquirir referências constantes do acervo da biblioteca (ou de outras bibliotecas digitais associadas à primeira);

- e) enviar referências desse acervo para uma morada electrónica (o seu e-mail, por exemplo);
- f) realizar pagamentos;
- g) solicitar informação ao web librarian e responder às suas questões;
- h) fazer sugestões de aquisição de novas referências;
- i) participar noutras actividades incluídas na biblioteca digital (chats, blogs...).

Para Xie e Matusiak (2016, p. 211) consideram, com Chowdhury, que o desenho da interface deve conter:

- Caraterísticas da interface:
  - Opções de pesquisa, incluindo pesquisa simples e avançada;
  - Opções em várias línguas;
  - Opções de navegação, atalhos e informação sobre o sistema;
  - Caraterísticas do ecrã, incluindo cores, carateres tipográficos, *layout* e gráficos;
- Seleção do recurso;
- Formulação da pergunta;
- Manipulação de resultados;
- Ajuda.

Essencial para a garantia de usabilidade da interface é a avaliação ao longo do tempo e do uso, de forma a garantir uma resposta adequada aos utilizadores e às suas necessidades.

### **3.9. Plano de execução do projeto**

O plano de execução do Projeto pretende identificar as várias fases de implementação das ações com que a BD se tornará uma realidade. Assim, os passos que consideramos essenciais para a concretização do projeto são os seguintes:

1. Apresentação do projeto;
2. Pesquisa e candidatura ao financiamento;
3. Contratação/aquisição/afetação dos meios técnicos:
  - a. Servidor;
  - b. Computadores de trabalho;
  - c. Scanners;

- d. Ligações de rede;
- 4. Formação dos Recursos Humanos:
  - a. Digitalização;
  - b. Descrição do conteúdo;
- 5. Identificação das tipologias de documentos (dimensões, texto ou imagens, estado de conservação e raridade);
- 6. Digitalização dos documentos raros ou em pior estado de conservação;
- 7. Descrição do conteúdo dos documentos raros ou em pior estado de conservação;
- 8. Digitalização dos documentos manuscritos;
- 9. Descrição do conteúdo dos documentos manuscritos;
- 10. Digitalização dos documentos editados;
- 11. Descrição do conteúdo dos documentos editados;
- 12. Digitalização dos periódicos;
- 13. Descrição do conteúdo dos periódicos;
- 14. Digitalização dos mapas, postais, folhetos e cartazes;
- 15. Descrição do conteúdo dos mapas, postais, folhetos e cartazes;
- 16. Digitalização das fotografias, negativos e slides;
- 17. Descrição do conteúdo das fotografias, negativos e *slides*;
- 18. Digitalização dos vídeos e filmes;
- 19. Descrição do conteúdo dos vídeos e filmes;
- 20. Organização da documentação:
  - a. Tipologia do documento;
  - b. Assunto/Palavra-chave;
  - c. Autor;
  - d. Título;
  - e. Editor;
  - f. ISBN/ISSN;
- 21. Parametrização do *layout* do sítio online da BDMT:
  - a. Contraste, cor, imagem, som e dimensão;
- 22. Período experimental e correção das anomalias;
- 23. Apresentação ao público.

### **3.9.1. Recursos humanos e recursos materiais**

As assimetrias encontradas pelas respostas ao questionário enviado às BP também incidem nos Recursos Humanos e materiais das BP. Assim, o desenvolvimento de projetos que impliquem a alocação de meios técnicos deverá ser de aplicação difícil no terreno.

Recordamos que os dados recolhidos permitem-nos apontar, sujeitos a uma avaliação prévia ao início do projeto, para um total de 25 989 documentos, sendo que não conhecemos nem a sua raridade, nem o estado de conservação ou sequer a sua importância para a região.

Por outro lado, a afetação dos recursos implica conhecer o número de imagens a produzir, pelo que só uma avaliação objeto a objeto, nunca descurando os direitos de autor inerentes às obras, nos permitirá conhecer a verdadeira dimensão deste projeto.

A contratação de serviços *out sourcing* pode ser a melhor solução, dadas as restrições de contratação dos Serviços Públicos e a escassez de técnicos nas organizações. Assim, propomos que a supervisão da aplicação do projeto de fornecimento dos objetos digitais à BDMT através de Concurso Público, sujeito à oferta mais vantajosa.

A vantagem desta opção centra-se na ausência de necessidades de formação, aquisição de equipamentos, manutenção dos mesmos o que representará celeridade no processo de construção do projeto.

As desvantagens prendem-se desde logo com o processo de aquisição do serviço que obriga a concursos públicos com as respetivas condicionantes financeiras, processuais e legais que estes procedimentos exigem.

### **3.9.2. Financiamento do projeto**

A apresentação de um Projeto desta natureza junto de Entidades Públicas de dependência política carece inevitavelmente de soluções de financiamento. Assim, apresentamos de seguida um conjunto de meios de financiamento, cuja candidatura possa ser efetuada no momento atual.

Os projetos que analisamos em *benchmarking* tiveram apoios de várias entidades a nível nacional e europeu, pelo que propomos que a BDMT procure financiamento quer a nível nacional, nomeadamente junto da DGLAB e da Fundação para a Ciência e Tecnologia, quer a nível dos fundos europeus.

As candidaturas a apoios da DGLAB estão neste momento fechadas. O programa *Public Libraries 2020*, conforme informação do sítio da DGLAB <<http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/ProgFinanciamento/Paginas/Europeus.aspx>> [Acedido em 21 de dezembro de 2018].

A Fundação para a Ciência e Tecnologia deverá ser um apoio a considerar.

Por outro lado, podemos considerar eventuais soluções a nível europeu. Dentro das hipóteses que encontramos, e sabendo que as candidaturas estão constantemente a abrir e a fechar pelo que os serviços da CIMT têm técnicos especializados neste tipo de soluções de financiamento, apresentamos algumas soluções não excluindo a eventualidade de existirem outras:

- O Programa *Horizon 2020 – Work Programme 2018-2020 Europe in a changing world – Inclusive, innovative and reflective societies* na página 13 onde especifica o tema DT –TRANSFORMATIONS-12-2018-2020: *Curation of digital assets and advanced Digitization*, que logo no título acrescenta a nota de previsão do apoio a este tipo de projetos além de 2020, enquadra este tipo de projetos de curadoria e transformação digital do património cultural.

A aposta europeia na *Europeana* tem-se mantido a outros projetos congéneres com inegável sucesso, seja no caso da bibRia ou da BDA/BND, o que nos permite considerar o interesse político e administrativo dos projetos de digitalização do património cultural e o seu apoio a este projeto.

Assim, o *Programa Horizon 2020* aparece como o apoio ao financiamento deste projeto mais favorável, conforme a pág. 7 e seguintes do documento: <[http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/noticias/Documents/Final\\_Funding%20Opportunities%20Review.pdf](http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/noticias/Documents/Final_Funding%20Opportunities%20Review.pdf)> [Acedido em 21 de dezembro de 2018].



#### **4. Discussão do Projeto**

A criação de uma Biblioteca Digital apresenta desafios inegáveis, seja na definição administrativa, legal e financeira dum projeto desta natureza, seja no desenvolvimento de um projeto tecnológico no momento de desenvolvimento técnico em que nos encontramos.

Sob o ponto de vista administrativo e legal, a existência de uma estrutura supramunicipal é crucial para a existência de uma base de construção do projeto. Criá-la de raiz revelar-se-ia tão difícil quanto a descrição do processo que enumerámos em cima, não esquecendo as entradas e saídas de Municípios da Comunidade, as alterações dos âmbitos legais, as composições dos órgãos de gestão, as reuniões, as decisões, etc.

Do ponto de vista financeiro ainda seria mais difícil, basta recordar que uma das grandes motivações para a criação de estruturas administrativas supramunicipais foi precisamente a necessidade de dimensão para concorrer, captar e implementar projetos cujas dimensões não seriam comportáveis pelas capacidades financeiras da maioria dos Municípios.

As Comunidades Intermunicipais podem responder de forma mais eficaz pela dimensão e congregação dos esforços políticos, financeiros e legais para a concretização de projetos de maior impacto nas regiões, seja pela dimensão financeira, seja pela importância política e social que lhes pode ser atribuída.

Através do trabalho de prospeção no terreno, verificámos que há muito trabalho a fazer nos FL, pelo que o resultado do inquérito não nos permite prever a dimensão do projeto. Os dados recolhidos sobre a dimensão dos FL em cada BP não foram conclusivos, desde logo porque as respostas encerram algumas incongruências nos números apresentados e nos tipos de suporte de informação, além de não conhecermos o seu estado de conservação ou raridade.

A conclusão que retiramos do inquérito sobre o FL é que há muito a fazer neste campo, seja na identificação da documentação, seja no desenvolvimento das coleções, e também na sua promoção, enquanto parte da identidade da BP.

Assim, a aprovação da execução do projeto terá de ser avaliada politicamente, e os decisores sensibilizados para a importância do FL. Depois de uma análise técnica mais

pormenorizada das coleções existentes, podemos prever a dimensão e fazer uma previsão para o financiamento para a sua efetiva implementação no terreno da BDMT.

No aspeto tecnológico o Projeto da BDMT enquadra-se no momento atual de implementação de projetos de desmaterialização do património cultural com os objetivos de conservação e divulgação.

Com o desenvolvimento dos grupos de trabalho das BP nas CIM pela DGLAB, este projeto assenta nos princípios de cooperação e desenvolvimento das Bibliotecas, de forma a reduzir as assimetrias e envolver maior número de Municípios na RNBP.

Este tipo de projetos de cooperação e agregação de vários Municípios tem sido a solução para ultrapassar as barreiras financeiras e para quebrar resistências políticas, nomeadamente na área cultural. Veja-se, por exemplo e embora noutra área, o Projeto *Arte em Rede* desenvolvido entre os Municípios de Alcanena e Torres Novas inicialmente e que agora se pensa alargar a outros, para ser sustentável financeiramente.

Na área da digitalização dos FL, este é um projeto que pretende ir além dos que conhecemos a nível nacional, muito embora a bibRia se enquadre neste campo, e a BDA também, esta baseada noutra estrutura administrativa e legal quando foi criada, seja pela abrangência dos fundos, seja pela quantidade de Municípios envolvidos. Já os projetos de Memória, como o de Figueiró dos Vinhos e o de Vila Velha de Ródão, não têm nem a abrangência nem a perspetiva de região que a BDMT almeja.

Por outro lado, por se tratar de um projeto cooperativo terá de merecer a provação de um maior número de entidades políticas e financeiras, o que aumenta o impacto na região mas poderá levar a uma maior morosidade de aprovação, execução e implementação.

Já essa mesma realidade transfronteiriça favorece muito a partilha dos recursos do FL, na exata medida em que essas fronteiras administrativas e legais foram-se alterando ao longo dos tempos independentemente da geografia social e cultural. Por esse facto, as referências culturais e os testemunhos documentais dessas vivências comunitárias estão hoje depositadas em entidades cujas áreas administrativas já não correspondem ao tecido social geográfico que reportam.



Deste modo, a junção desse espólio cultural num acesso remoto unificado é, também ele, congregador de identidades culturais homogêneas e independentes das realidades administrativas.

Ao apresentarmos um projeto assente numa estrutura supramunicipal, estamos a criar uma base de apoio que permita o seu desenvolvimento a longo prazo. Por outro lado, mas no mesmo sentido, as BP têm 30 anos de trabalho em rede, num processo de desenvolvimento que nos permite projetar um futuro de continuidade.

Tal como verificamos nos projetos que analisamos em *benchmarking*, as soluções cooperativas de financiamento e administração são as que têm garantido a sua continuidade.

Finalmente, este projeto de BD cooperativa entre vários Municípios propõe-se contribuir para mitigar parte das assimetrias encontradas nas BP e, mais importante, realizar um verdadeiro investimento no património cultural de uma região que dele carece.



## Conclusões

O Projeto da BDMT pretende acrescentar mais valia aos serviços e trabalho já efetuados nas Bibliotecas Públicas do Médio Tejo. A RNBP tem vindo a criar grupos de trabalho que agregam vários Municípios, utilizando para isso as entidades administrativas das CIM, de forma a quebrar o isolamento a que cada BP está sujeita pela própria natureza territorial que a dependência Municipal lhe confere. Essa autonomia de gestão Municipal confere às BP evidentes assimetrias, como ficou demonstrado pelos dados recolhidos por este projeto.

30 anos depois os pressupostos que conduziram à criação da RNBP ainda se mantêm por cumprir, no que ao tratamento e desenvolvimento dos FL diz respeito. A salvaguarda do património cultural identitário das regiões, cuja função se enquadra nas coleções do FL determinadas pelas UNESCO, estão ainda em situações indeterminadas em muitos dos Municípios que analisamos.

O processo de recolha e tratamento de informação respeitante ao FL necessita de um sério impulso na região do Médio Tejo. Os projetos de digitalização do FL a nível nacional começam agora a aparecer, situando esta coleção como um serviço pouco valorizado entre os demais que quotidianamente vão sendo prestados nas BP às populações.

A conversão dos suportes analógicos em digitais deve constituir uma oportunidade para valorizar esta coleção dentro do fundo informacional das BP, incrementando a pesquisa, identificação, recolha e tratamento de todos tipos de informação sobre os territórios abrangidos, as suas gentes, costumes e cultura de uma forma geral.

A digitalização do património cultural que se iniciou na grandes organizações, como Bibliotecas Nacionais e Internacionais, está a ser alargada às Bibliotecas Locais, e este é um Projeto que procura alargar essa modernização no Médio Tejo.

O presente estudo pretende ser um contributo para o efetivo conhecimento da realidade dos FL nas BP da região do Médio Tejo e aponta caminhos de investigação num campo teórico que se insere na digitalização da informação, por um lado, e na promoção e salvaguarda do património local, por outro.



## Bibliografia

- ABADAL, Falgueras, E. A. (2004). *Gestión de proyectos en información y documentación*. Gijón: Ediciones Trea.
- ALLAN, B. (2004). *Project management: tools and techniques for today's ILS professional*. London: Facet.
- ANTÓNIO, R. (2009). *Desafios profissionais da gestão documental*. Lisboa: Edições Colibri.
- BARBEDO, F. (2005). *Arquivos Digitais: da origem à maturidade*. Cadernos BAD, (2), pp. 6–18.
- BARBEDO, F., CORUJO, L., & SANT'ANA, M. (2011). *Recomendações para a Produção de Planos de Preservação Digital*. Lisboa: DGARQ.
- BIBLIOTECA DIGITAL DO ALENTEJO. Disponível em: <<http://www.bdalentejo.net/projecto.html>>. Acedido em 19 de novembro de 2017.
- BIBRIA. Disponível em: <http://www.aveiro-digital.pt/default.asp?func=1>>. Acedido em 19 de novembro de 2017.
- BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (2006). *Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica*. Cadernos BAD 2. pp.85–100.
- BRUYNE, P., Herman, J., & Schoutheete, M. (1982). *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A.
- CALDEIRA, Pedro Zany (2003). *A usabilidade das bibliotecas digitais: a perspectiva dos leitores/utilizadores*. Cadernos BAD 2.
- CALHOUN, Karen (2014). *Exploring Digital Libraries: Foundations, Practice, Prospects*. Chicago: Neal-Schuman.

CALIXTO, José António (2005). *As Bibliotecas Públicas Portuguesas: transformações, oportunidades e desafios*. Páginas A&b, Nº 16, p. 61–88.

CAMPOS, F. M. (2002). *Informação digital: um novo património a preservar*. *Cadernos BAD*, (2), pp. 8–14.

CANDÁS ROMERO, Jorge (2006). *El papel de los metadatos en la preservación digital. The role of metadata in digital preservation*. 15(2), pp. 126–136.

CARDOSO, Cristiano (junho 2010). *Bibliotecas Públicas e Identidade: O Fundo Local*. Revista Mensal: Suplemento do património: Ano 11, nº 77. Lousada: Município de Lousada.

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO (CIMT). Disponível em: <<https://mediotejo.pt/>> Acedido em 19 de novembro de 2017.

CUNHA, Isabel M. R. Ferin (1989). “Análise documentária”. In: SMIT, Johanna Wilhelmina Coord.) – *Análise documentária: a análise da síntese*. 2.<sup>a</sup> ed. Brasília: IBICT. pp. 38-62.

CUNHA, M. B. da, & BOERES, S. (2016). *Competências para a preservação e curadoria digitais*. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 14(3), 426. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/rdbci.v14i3.8646303>>. Acedido em 19 de novembro de 2017.

DANSET, Françoise; BLANC-MONTMAYEUR, Martine (abril de 1999). *Lista de Cabeçalhos de Assuntos para Bibliotecas*. Edição: Editorial Caminho.

DENSCOMBE, M. (2010). *The Good Research Guide for small-scale social research projects*. Philadelphia: Open University press.

DIGITAL LIBRARY MANIFESTO (2011). DL.org. Disponível em [http://www.dlorg.eu/uploads/Booklets/booklet21x21\\_manifesto\\_web.pdf](http://www.dlorg.eu/uploads/Booklets/booklet21x21_manifesto_web.pdf). Acedido em 25 de abril de 2019.

DIGITAL PRESERVATION COALITION (2010). *Preservation Management of Digital Materials: The Handbook*. Digital Preservation Coalition.

EUROPEANA. Disponível em: <<https://www.europeana.eu/portal/en/about.html>>. Acedido em 19 de novembro de 2017.

FERREIRA, C. A.; AMARAL, F. M. A (s.d.). *aplicação da gestão de conteúdos em bibliotecas virtuais: o caso Unesa*.

FERREIRA, Miguel (2006). *Introdução à Preservação Digital: conceitos, estratégias e actuais consensos*. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho.

FLICK, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, RS: Artmed.

FLICK, U. (Ed.) (2014). *The SAGE handbook of qualitative data analysis*. Los Angeles: SAGE.

FORTIN. (2003) *O processo de investigação da concepção à realização*. Lisboa: Décarie Editeur.

FUENTES ROMERO (2005) J. J. (2005) *La sección de los temas locales en la biblioteca*. Ediciones Trea S.L.: Gijón.

GADAMER, H.-G. (1999). *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica* (3ª). Petrópolis: Editora Vozes.

GAONA-GARCÍA, P., FERMOSO, A., & SÁNCHEZ, S. (2017). *Exploring the Relevance of Europeana Digital Resources: Preliminary Ideas on Europeana Metadata Quality*. *Revista Interamericana de Bibliotecología*. 40(1), pp. 59-69. doi: 10.17533/udea.rib.v40n1a06.

GARCIA, Mirijam; LEITÃO, Paulo Jorge de Oliveira (2014). *As bibliotecas digitais e o acesso a informação multilingue: os casos da ICDL, WDL e Europeana*. *Cadernos BAD*, N. 1, Jan-Jun, pp. 49-61.

GUERREIRO, Dália; CALIXTO, José António; BORBINHA, José Luís. (s.d.). *Bibliotecas Digitais para as Humanidades: novos desafios e oportunidades*. Artigo *BAD*.

IFLA/UNESCO. (1994). *Manifesto sobre Bibliotecas Públicas* Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acedido em 30 de abril de 2019.

IFLA/UNESCO. *Manifesto for Digital Libraries*. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/digital-libraries/documents/ifla-unesco-digital-libraries-manifesto.pdf>>. Acedido em 30 de abril de 2019.

JARDIM, José Maria (1995). *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói, RJ: EDUFF-Editora da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.uff.br/ppgci/editais/sistemas.pdf>>. Acedido em 16 de novembro de 2017]. ISBN 85-228-0166-5.

KARLÖF, Bengt. ÖSTBLOM, Svante (1996). *Benchmarking: um marco para a excelência em qualidade e produtividade*. Publicações Dom Quixote: Lisboa.

LEITÃO, P. (2014). *A Biblioteca 2.0 e as Bibliotecas Públicas: o caso português* (1º vol.) = Library 2.0 and Public Libraries: the portuguese case. Unpublished. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.4109.3523>

LOPES, P. F., Cardoso, G., & Moreira, M. V. (2002). *Preservação de publicações electrónicas na Internet: os arquivos imperfeitos*. *Cadernos BAD*. (2), pp. 33–53.

LUSENET, Y. de (2002). *Digital heritage for the future*. *Cadernos BAD*. pp. 15–27.

MÁRDERO ARELLANO, M. Á. (2008). Critérios para a preservação digital da informação científica. Disponível em: <<http://widgets.ebscohost.com/prod/customerspecific/ns000290/authentication/index.php?url=http%3a%2f%2fsearch.ebscohost.com%2flogin.aspx%3fdirect%3dtrue%26AuthType%3dip%2ccookie%2cshib%2cuid%26db%3dedsrc%26AN%3draap.brazil.10482.1518%26lang%3dpt-br%26site%3ded-live%26scope%3dsite>>.

Acedido em 20 de dezembro de 2018.

MAYER, R., ANTUNES, G., Caetano, A., Bakhshandeh, M., Rauber, A., & Borbinha, J. (2015). *Using ontologies to capture the semantics of a (business) process for digital preservation*. *International Journal on Digital Libraries*, 15(2–4), pp. 129–152.



MUÑOZ, Wilson Castaño; RESTREPO, Maria Camila (2016). *Los repositorios como herramienta para la recuperación del patrimonio bibliográfico: el caso de seis bibliotecas públicas municipales del departamento de Antioquia*; Revista Interamericana de Bibliotecología, 39(1). pp. 57-68. doi: 10.17533/udea.rib.v39nla08.

NATIONAL LIBRARY OF AUSTRALIA (2003). *Guidelines for the preservation of digital heritage*. UNESCO.

NUNES, Henrique Barreto (1998). *A biblioteca e a memória da vida local*. In “Da Biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura em Portugal”, 2ª edição. Braga, Autores de Braga. pp. 129. Disponível em: <<http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/etc/Paginas/ConceitodeFundoLocal.aspx>>. Acedido em 30 de abril 2019.

PLANOS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL V2.1 –2011-11-25.  
<<https://labibliotecainforma.wordpress.com/2012/02/15/manifiesto-de-bibliotecas-digitales-aprobado-por-la-unesco/>> Acedido em 30 de abril de 2019.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional de Portugal (2012). *Política de Digitalização de Coleções da BNP*. Lisboa.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional de Portugal (2012). *Política de Disponibilização Online de Conteúdos da BNP*. Lisboa.

PORTUGAL. *Constituição Da República Portuguesa – VII Revisão Constitucional* (2005).

PORTUGAL. *Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos*. DL n.º 63/85, de 14 de março.

PORTUGAL. Direção-Geral da Administração Pública (2003). *Estrutura Comum da Avaliação (CAF): Melhorar as Organizações Públicas através da Autoavaliação*. Lisboa: Direção-Geral da Administração Pública.

PORTUGAL. Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas. *Programa De Apoio Às Bibliotecas Municipais* (2009). Disponível em

<[http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/Doc01\\_ProgramadeApoio2009.pdf](http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/Doc01_ProgramadeApoio2009.pdf)>. Acedido em 30 de abril de 2019.

PORTUGAL. Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas. Disponível em: <<http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/CatalogosOnline/CatalogodosFundosLocaisdasBibliotecas/Paginas/default.aspx>>. Acedido em 30 de abril de 2019.

PORTUGAL. Ministério da Cultura (2004). *Directrizes da IFLA para a conservação e o manuseamento dos documentos de biblioteca*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Instituto Camões. <<http://cvc.instituto-camoes.pt/biblioteca-digital-camoes/o-que-e-a-biblioteca-digital-camoes.html>> [Acedido em 16 de junho de 2019].

PORTUGAL. Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos. *Memórias de Outros Tempos* – <<https://bmfigueirodosvinhos.com.pt/index.php/portfolio/item/86-par>> Acedido em 18 de novembro de 2017.

PORTUGAL. Município de Vila Velha de Ródão. *Memórias de Ródão* – <<https://www.memoriamedia.net>> Acedido em 18 de novembro de 2017.

REGIÓN DE MÚRCIA. Biblioteca Digital de la Región de Murcia. <<https://bibliotecaregional.carm.es/Biblioteca/faces/br-biblioteca-digital-region-murcia>> Acedido em 16 de junho de 2019.

RODRIGUES, Eloy (2004). *Acesso livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais da informação*. Cadernos BAD 1. pp. 24-35.

RODRÍGUEZ RESÉNDIZ, Olivia, P. (2016). *Digital preservation of sound recordings*. *Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información*. 30(68), pp. 173–195. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ibbai.2016.06.009>>. Acedido em 12 de novembro de 2017.

ROTHENBERG, J. (1995). *Ensuring the longevity of digital information*. *Scientific American*. 272(1), pp. 42–7.

SÁ, Maria Irene da Fonseca; SOUZA, Rosali Fernandez de (2014). *Bibliotecas digitais: um estudo sobre o atendimento da diversidade das necessidades do usuário*. Prima.com (25), pp. 153-179.

SÁNCHEZ DÍAZ, Marlery; VEJA VALDÉS, Juan Carlos (2003). *Algunos aspectos teórico-conceptuales sobre el análisis documental y el análisis de información*. Ciencias de la Información Vol. 34, No. 2, agosto.

SANTOS, H. M. dos, & FLORES, D. (2015a). *As vulnerabilidades dos documentos digitais: Obsolescência tecnológica e ausência de políticas e práticas de preservação digital*. *Biblios: Journal of Librarianship and Information Science*, (59). pp. 45–54. Disponível em: <https://doi.org/10.5195/BIBLIOS.2015.215>. Acedido em 12 de novembro de 2017.

SANTOS, H. M. dos, & FLORES, D. (2015b). *Estratégias de preservação digital para documentos arquivísticos: uma breve reflexão*. *Cadernos BAD*, 1. pp. 87–101.

SARAMAGO, Maria de Lurdes (2002). *Preservação Digital a longo prazo: boas práticas e estratégias*. *Cadernos BAD*, (2). pp. 54–68.

SARAMAGO, Maria de Lurdes (2004). *Metadados para preservação para preservação digital e aplicação do modelo OAIS*. Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Nº 8, Estoril; Disponível em: <<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/issue/view/13>>. Acedido em 12 de novembro de 2017.

SILVA, Armando Malheiro da (2005). *Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível*. *Cadernos BAD*, 2015, N. 1, jan-jun, pp. 103-124.

SILVA, Neuza C.; SÁ, Nysia O.; FURTADO, Sandra R. S. (s.d.). *Bibliotecas digitais: do conceito às práticas*. Disponível em: <<http://www.miniweb.com.br/biblioteca/Artigos/libdigi.unicamp.pdf>>. Acedido em 12 de novembro de 2017.

SILVA, Patrícia de Almeida (2015). *Fundo local: ao encontro da identidade e da memória*. PÁGINAS A&B. S.3, pp. 119-128.

SUN, Jie; YUAN, Bao-Zhong (2012). *Development and Characteristic of Digital Library as a Library Branch*. IERI Procedia 2 pp. 12 – 17. Disponível em: <[https://ac.els-cdn.com/S2212667812000524/1-s2.0-S2212667812000524-main.pdf?\\_tid=77013fd0-cd5c-11e7-9428-00000aacb360&acdnat=1511118447\\_1c39fcf3fe5595ed3b3d5e33d4c37d56](https://ac.els-cdn.com/S2212667812000524/1-s2.0-S2212667812000524-main.pdf?_tid=77013fd0-cd5c-11e7-9428-00000aacb360&acdnat=1511118447_1c39fcf3fe5595ed3b3d5e33d4c37d56)>.

Acedido em 12 de novembro de 2017.

TAYLOR, S. J., BOGDAN, R., & DeVault, M. L. (2016). *Introduction to qualitative research methods: a guidebook and resource* (Fourth edition). Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

THE EUROPEAN BENCHMARKING CODE OF CONDUCT. Disponível em: <<https://olev.de/b/eu-bm-codeofconduct.pdf>>. Acedido em 01 de julho de 2019.

TINOCO, A. G. E. (2012). *Políticas de preservação digital nos arquivos municipais portugueses*. *Cadernos BAD*, (1–2).

UNESCO (2003). *Guidelines for preservation of digital heritage*.

XIE, Iris; MATUSIAK, Krystyna K. [2016] *Discover Digital Libraries: Theory and Practice*. Elsevier: Amesterdan.

YIN, R. K. (2003). *Estudo de caso*. Porto Alegre: Bookman.